



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUSTENTÁVEL**

JANAINA DE CARVALHO COSTA

**MULHERES, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UMA REFLEXÃO SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA
AMAPAENSE**

MACAPÁ

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUSTENTÁVEL**

JANAINA DE CARVALHO COSTA

**MULHERES, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UMA REFLEXÃO SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA
AMAPAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra sob orientação do Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico

Data de apresentação: 23.01.2025

MACAPÁ
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborada por Maria do Carmo Lima Marques – CRB-2 / 989

C837m Costa, Janaina de Carvalho.

Mulheres, sustentabilidade e desenvolvimento local: uma reflexão sobre o protagonismo feminino na amazônia amapaense / Janaina de Carvalho Costa. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico. 88 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Dissertação (Mestrado),
Desenvolvimento da Amazônia Sustentável- PPGDAS , Macapá, 2025.
Orientador: Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Gênero. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Mulheres. I. Filocreão, Antônio Sérgio Monteiro, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 307.14


COSTA, Janaina de Carvalho. **Mulheres, sustentabilidade e desenvolvimento local**: uma reflexão sobre o protagonismo feminino na amazônia amapaense . Orientador: Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. 2025. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento da Amazônia Sustentável- PPGDAS. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

JANAINA DE CARVALHO COSTA


MULHERES, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA
REFLEXÃO SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE.

Aprovada em: 23 / janeiro / 2025


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO SERGIO MONTEIRO FILOCREAO
Data: 20/03/2025 10:11:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Sérgio M. Filocreão
Orientador – PPGDAS/UNIFAP

Documento assinado digitalmente
 JANAINA FREITAS CALADO
Data: 20/03/2025 20:08:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Janaina Freitas Calado
Examinadora Titular Interno - PPGDAS/UNIFAP

Documento assinado digitalmente
 AUGUSTO DE OLIVEIRA JUNIOR
Data: 19/03/2025 21:50:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Augusto de Oliveira Júnior
Examinador Titular Externo - IEPA

À todas as mulheres que desafiam as estruturas de
opressão, que rompem com as correntes do
patriarcado e que reivindicam, com veemência,
seu espaço e seus direitos.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres que contribuíram para esta pesquisa expresso minha mais profunda gratidão e respeito. Suas vozes, histórias e experiências são a essência viva deste trabalho, e sem a generosidade de seu tempo e a riqueza de suas contribuições, este estudo não teria sido possível. Suas narrativas são testemunhos poderosos da coragem, resiliência e inovação que definem a luta e a liderança das mulheres em todos os contextos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Sergio Monteiro Filocreão pela generosidade em compartilhar conhecimento e pelas valiosas contribuições em nossas conversas.

Ao meu companheiro Roberto Melo minha fonte de inspiração constante, pela motivação diária, pelo amor, paciência, e compreensão durante toda essa jornada. Sem sua participação intensa e constante os dias teriam sido mais difíceis.

A minha filhota mestranda Isabele de Carvalho Costa por sempre ser a minha fonte inesgotável de amor e superação. Para que ela guarde no coração o orgulho de sua mãe.

E por fim, aos familiares, amigos e amigas que torceram e incentivaram com palavras ou gestos de carinho e que foram revigorantes em muitos momentos.

*“Eu não estou aceitando as coisas que eu não
posso mudar, estou mudando as coisas que eu
não posso aceitar.”*

Angela Davi

RESUMO

Essa dissertação tem como tema mulheres, sustentabilidade e desenvolvimento local: uma reflexão sobre o protagonismo feminino na Amazônia amapaense. A pesquisa foi instigada pelas seguintes questões norteadoras: como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local? Como o eco feminismo e a economia solidária têm se manifestado no desenvolvimento local? E quais são seus aliados e adversários para exercerem esse protagonismo? E, tendo como objetivo geral, analisar, a partir dos movimentos sociais, do eco feminismo e da economia solidária, como o protagonismo feminino interfere no desenvolvimento local. Identificar os fatores condutores dessas organizações, seus aliados e adversários na construção e na evolução do empoderamento feminino. Quanto aos aspectos metodológicos, optou-se pela pesquisa qualitativa, utilizado como método o materialismo histórico-dialético. Para a coleta de dados, foram utilizados questionários semiestruturados com perguntas fechadas e abertas. No levantamento foram entrevistadas 30 mulheres de quatro associações lideradas e compostas exclusivamente por elas, sendo: Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari no município de Laranjal do Jari, Associação de Mulheres Extrativistas do Limão do Curuá no distrito do Bailique, Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari no município de Porto Grande e a Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da foz do rio Mazagão Velho no município de Mazagão. Os resultados mais significativos esperados são a viabilidade e a formação de uma cultura de cooperação e solidariedade entre elas, resultando em comunidades mais unidas e com maior coesão social. Ações inclusivas e sustentáveis, mais representatividade, o fortalecimento das comunidades locais e a diversificação da economia local na promoção da igualdade de gênero e na melhoria nas condições de vida.

Palavras-chave: Gênero; Desenvolvimento Sustentável; Mulheres; Meio ambiente.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme women, sustainability and local development: a reflection on female protagonism in the Amazon region of Amapá. The research was instigated by the following guiding questions: how has female protagonism interfered in local development? How have eco-feminism and the solidarity economy manifested themselves in local development? And who are their allies and adversaries in exercising this protagonism? And having as a general objective to analyze from social movements, eco-feminism and the solidarity economy how female protagonism interferes in local development. Identify the driving factors of these organizations, their allies and adversaries in the construction and evolution of female empowerment. Regarding the methodological aspects, qualitative research was chosen, using historical-dialectical materialism as the method. For data collection, semi-structured questionnaires with closed and open questions were used. The survey interviewed 30 women from four associations led and composed exclusively by women: the Association of Agroextractive Women of Alto Cajari in the municipality of Laranjal do Jari, the Association of Extractive Women of Limão do Curuá in the district of Bailique, the Association of Extractive Women of Sementes do Araguari in the municipality of Porto Grande and the Association of Agroextractive Women Producers of the mouth of the Mazagão Velho River in the municipality of Mazagão. The most significant results expected are the viability and formation of a culture of cooperation and solidarity among them, resulting in more united communities with greater social cohesion. Inclusive and sustainable actions, more representation, the strengthening of local communities and the diversification of the local economy in promoting gender equality and improving living conditions.

Keywords: Gender; Sustainable Development; Women; Environment.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – AMELC.....	35
Fotografia 2 – AMELC.....	35
Fotografia 3 – AMELC.....	35
Fotografia 4 – AMELC.....	35
Fotografia 5 – AMELC.....	35
Fotografia 6 – Sementes do Araguari.....	39
Fotografia 7 – Sementes do Araguari.....	39
Fotografia 8 – Sementes do Araguari.....	39
Fotografia 9 – AMAC.....	42
Fotografia 10 – AMAC.....	42
Fotografia 11 – AMAC.....	42
Fotografia 12 – AMAC.....	42
Fotografia 13 – AMAC.....	42
Fotografia 15 – AMPAFOZ.....	46
Fotografia 16 – AMPAFOZ.....	47
Fotografia 17 – AMPAFOZ.....	47

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa geográfico do Estado do Amapá.....	49
Mapa 2 - <u>Localização da comunidade Limão do Curuá.....</u>	50
Mapa 3 - <u>Município de Porto Grande.....</u>	54
Mapa 4 - <u>Alto Araguari.....</u>	51
Mapa 5 - <u>Município de Laranjal do Jari</u>	51
Mapa 6 - <u>Reserva do Rio Cajari</u>	3
Mapa 7 - <u>Município de Mazagão</u>	54
Mapa 8 - <u>Comunidade Foz do Rio Mazagão–AP</u>	54

LISTA DE SIGLAS

AMAC	Associação de Mulheres Agroextrativistas do Cajari
AMELC	Associação de Mulheres Extrativistas do Limão do Curuá
AMPAFOZ	Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Mazagão Velho
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUFA	Central Única das Favelas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEPÊ	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBTQIAP	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer/Questionando, Intersexo,
N+	Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.
ONG	Organização Não Governamental
RESEX RIO	
CAJARI	Reserva Extrativista do Rio Cajari
RURAP	Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE GÊNERO NO FEMINISMO	16
3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TEORIAS, PRÁTICAS E A BUSCA POR EQUILÍBRIO ENTRE CRESCIMENTO E CONSERVAÇÃO	19
4 A EMERGÊNCIA DOS COLETIVOS: REVISITANDO A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	25
5 FUNDAMENTOS E PERPECTIVAS DA TEORIA ECOFEMINISTA	28
6 A TEORIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E AUTONOMIA ECONÔMICA	31
7 PANORAMA E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	34
7.1 MUNICÍPIO DE MACAPÁ - DISTRITO DO BAILIQUE.....	34
7.2 MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE.....	36
7.3 MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI	37
7.4 MUNICÍPIO DE MAZAGÃO.....	39
8 MÉTODOS E ABORDAGENS	41
8.1 PRIMEIRA ETAPA: PESQUISA EXPLORATÓRIA E BIBLIOGRÁFICA.....	42
8.2 SEGUNDA ETAPA: PESQUISA DE CAMPO – ENTREVISTAS	43
9 PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE.....	44
9.1 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EXTRATIVISTAS DO LIMÃO DO CURUÁ	44
9.2 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES SEMENTES DO ARAGUARI.....	48
9.3 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGROEXTRATIVAS DO CAJARI.....	51
9.4 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DA FOZ DO RIO MAZAGÃO VELHO.....	57
10 INTERPRETAÇÃO DOS ACHADOS	60
10.1 EMPODERAMENTO FEMININO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	60
10.2 IGUALDADE DE GÊNEROS: OBSTÁCULOS E ESTÍMULOS.....	62
10.3 MULHERES E MEIO AMBIENTE	64
10.4 PROTAGONISMO FEMININO: ALIADOS E ADVERSÁRIOS.....	65
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE A – Questionário de entrevistas	86
APÊNDICE B – Roteiro aberto do Grupo Focal: Questões norteadoras	89
APÊNDICE C – TCLE	90

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e o planejamento socioeconômico na Amazônia requerem uma compreensão que vá além de modelos tradicionais de crescimento, pois a região possui características ambientais, sociais e culturais únicas. É fundamental entender como esse processo se organiza, como, por exemplo, no agroextrativismo, bioeconomia e na questão de gênero, e como essas áreas dialogam com as necessidades e desafios locais.

Nesta compreensão, cabe refletir sobre como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento na Amazônia, em particular na zona rural do estado do Amapá, através da análise de quatro associações lideradas e compostas somente por mulheres. Elas são agricultoras, extrativistas, pobres, pretas e pardas, casadas e solteiras, mas que têm desempenhado papéis essenciais nos movimentos sociais, contribuindo para a organização, mobilização e luta por direitos e melhores condições de vida para suas famílias e comunidades. E mesmo apesar de muitos avanços, elas enfrentam discriminação, violência de gênero e barreiras estruturais para sua participação plena e igualitária. No entanto, a representatividade feminina em espaços de destaque ainda é limitada, e a luta por igualdade de gênero continua sendo uma pauta relevante.

Assim é importante refletir sobre o protagonismo feminino no desenvolvimento local para compreender e reconhecer o papel das mulheres na promoção de mudanças e no avanço do desenvolvimento sustentável que exige valorizar o papel das mulheres como agentes de mudança e transformação nas suas localidades. E como também contribuir para promover a igualdade de gênero, ampliar a participação das mulheres, fortalecer a sustentabilidade e gerar impacto positivo nas vidas das pessoas e no desenvolvimento como um todo.

Através da análise desse protagonismo, esperou-se alcançar uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, além de identificar os impactos positivos e os desafios enfrentados por elas. Partindo desses pressupostos, buscou-se analisar três discussões teóricas que se inter-relacionaram. São elas os movimentos sociais, economia solidária e ecofeminismo.

As mulheres desempenharam e continuam a desempenhar um papel fundamental na formação, organização e fortalecimento dos movimentos sociais em todo o mundo. No contexto dos movimentos sociais, o protagonismo feminino se manifesta tanto nas lutas por causas específicas das mulheres, como a igualdade de gênero e o combate à violência, quanto em outras áreas que impactam toda a sociedade, como educação, saúde e meio ambiente. Nesse sentido, segundo Francois Houtart na obra “A teoria marxista hoje” (2007), reforça:

Os movimentos nascem da percepção de objetivos como metas de ação, mas para existirem no tempo, necessitam de um processo de institucionalização. Criam-se papéis indispensáveis para sua reprodução social. Assim, nasce uma permanente dialética entre metas e organização, cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução se imponha sobre as exigências dos objetivos procurado.

Na visão de Gohn (2004), que desenvolveu uma teoria sobre movimentos sociais, enfatiza a centralidade da ação coletiva como elemento focal desses movimentos. Segundo ela, os movimentos sociais surgem a partir de uma demanda por reconhecimento, justiça e direitos por parte de grupos e classes sociais que se encontram em condições de vulnerabilidade e desigualdade. Assim, a atuação feminina nos movimentos sociais não apenas reflete a luta por seus direitos, mas também reforça o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outra fundamentação teórica analisada foi do ecofeminismo. Uma corrente de pensamento e ação que une preocupações feministas e ambientais, destacando como a opressão das mulheres e a exploração da natureza estão interligadas e têm raízes comuns em sistemas de dominação e controle. Na compreensão de Neto e Rangel (2023), o ecofeminismo surge como resposta à desigualdade de gênero e de acesso aos recursos naturais, alimentares e de subsistência. Assim,

Nascido nos anos 70, o ecofeminismo surge como um espaço comum que congrega as reivindicações das mulheres com as metas do movimento ecológico. O termo “ecofeminismo” foi cunhado em 1974 pela ativista Françoise D’Eaubonne, que publicou na ocasião o livro “Le féminisme ou la mort” (O feminismo ou a morte). Ela faz uma síntese crítica da ecologia política de Serge Moscovici com o feminismo de Simone De Beauvoir. “Ambos criticam a ideia de natureza, mas o primeiro para torná-la o princípio virtuoso necessário à sociedade, a segunda para torná-la o princípio a ser superado e transcendido” (Gandon, 2009, p. 8).

Ao articular questões de gênero e ecologia, o ecofeminismo se estabeleceu como uma poderosa ferramenta de transformação, que reconhece e valoriza o protagonismo feminino na construção de um futuro em que pessoas e natureza coexistam em equilíbrio. Na Amazônia, muitas mulheres têm se destacado como líderes comunitárias e defensoras das florestas e dos rios, atuando em defesa de seus territórios e das populações tradicionais que dependem diretamente da natureza para sobreviver.

O terceiro suporte teórico utilizado foi a economia solidária, que utiliza uma abordagem econômica baseada na cooperação, solidariedade e autogestão. Nesse modelo, as mulheres têm um papel fundamental, tanto como trabalhadoras quanto como empreendedoras. Dessa feita,

A economia popular solidária surge como uma estratégia de sobrevivência dos marginalizados do mercado de trabalho, pois, por meio dos empreendimentos

econômicos solidários, os meios de produção são socializados na busca de unir posse, uso dos meios de produção e cooperação recíproca (Silva, 2019, p. 35).

Nesse contexto, as mulheres desempenham um papel fundamental, sendo protagonistas em diversas iniciativas que fortalecem suas comunidades e promovem inclusão social e igualdade de oportunidades. Ao atuarem juntas na economia solidária, elas constroem uma rede de apoio e resistência que fortalece não apenas suas vidas, mas também transforma a realidade ao seu redor.

Este estudo também traz um relato das entidades que foram pesquisadas, suas origens, conquistas e desafios. Foram pesquisadas a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari no município de Laranjal do Jari, Associação de Mulheres Extrativistas do Limão do Curuá no distrito do Bailique – Macapá, Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari no município de Porto Grande e a Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da foz do rio Mazagão Velho no município de Mazagão. Todas são, exclusivamente, compostas por mulheres.

A pesquisa foi instigada pelas seguintes questões norteadoras:

- Como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local?
- Como o ecofeminismo e a economia solidária têm se manifestado nesse desenvolvimento?
- E quais são seus aliados e adversários no exercício desse protagonismo?

Partindo desse pressuposto, o objetivo geral da dissertação é analisar, a partir dos movimentos sociais, do ecofeminismo e da economia solidária, como o protagonismo feminino interfere no desenvolvimento local. Identificaram-se os fatores condutores dessas organizações, seus aliados e adversários na construção e na evolução do empoderamento feminino. E como objetivos específicos, projetou-se:

- a) Identificar as contribuições das mulheres, as suas habilidades, conhecimentos e experiências para a economia, meio ambiente e outros aspectos do desenvolvimento local;
- b) Descrever como ocorre a igualdade de gênero e entender os obstáculos que as mulheres enfrentam no acesso a recursos, oportunidades e tomada de decisões nas ações que ampliem sua participação e influência;
- c) Caracterizar como ocorre o fomento à sustentabilidade na busca por práticas mais equitativas;
- d) Verificar qual o impacto das ações e iniciativas lideradas por mulheres na melhoria das condições de vida da comunidade como um todo.

O método utilizado foi o estudo de caso múltiplos, com a realização de pesquisa qualitativa, técnica de observação direta. Foram entrevistadas as dirigentes, associadas e comunidade, foi realizada consulta bibliográfica e documental (estatutos e atas de assembleias das associações). A pesquisa permeou sete fases: delimitação da unidade do caso, pesquisa bibliográfica e documental, coleta de dados de campo, tratamento do material de campo, organização e sistematização dos dados, análise dos dados coletados e editoração eletrônica.

Após os estudos relacionados ao tema, foram abordadas metodologias que envolveram a análise de casos específicos de protagonismo feminino na zona rural do estado. A autora partiu para as atividades de campo, realizando entrevistas em grupo e individuais. Na fase de tratamento do material coletado, utilizou-se software de voz específico para sistematização das entrevistas realizadas (40 gravações). Nessa análise, foram levados em consideração aspectos socioeconômicos das entrevistadas, a origem, aliados e adversários, além do desempenho das associações.

A discussão teórica está estruturada em cinco seções (dois a seis), que apontam cinco dimensões conceituais que nortearam a análise dos resultados. Um primeiro pilar sobre gênero, feminismo e dialética descrevendo conceitos e ideias discutidas por várias autoras e autores. O segundo pilar foi sobre desenvolvimento sustentável, que abordou teoria e significados. O terceiro tratou sobre movimentos sociais, distinguindo as várias formas de organização. A quarta apresenta conceitos e teorias filosóficas sobre o ecofeminismo e o quinto discorre sobre a economia solidária. Em seguida, foram descritas as associações pesquisadas, contextualizando e caracterizando as áreas de estudo. E ainda, as reflexões sobre o impacto do protagonismo feminino no desenvolvimento local.

E por fim, as considerações finais e referências bibliográficas, que estão nas seções onze e doze desta dissertação.

2 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE GÊNERO NO FEMINISMO

No dicionário, a palavra gênero é um substantivo masculino. Conceito generalista que agrega em si todas as particularidades e características que um grupo, classe, seres, coisas em comum; diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais. Do latim *generu*, *genere*, "nascimento, origem".

De acordo com Matos (2008), o conceito de gênero é um tema central nas ciências sociais e humanas, quando se refere às construções sociais, culturais e psicológicas

relacionadas às diferenças sexuais entre homens e mulheres. Diferentemente do sexo, que se baseia em características biológicas e fisiológicas, o gênero abrange os papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma determinada sociedade considera apropriados para homens e mulheres. O termo “gênero” começou a ser utilizado de maneira significativa na década de 1970, principalmente devido aos movimentos feministas e ao desenvolvimento da teoria feminista.

É certo e já estabelecido que gênero, como um conceito, surgiu em meados dos anos 70 e disseminou-se instantaneamente nas ciências a partir dos anos 80. Tal reformulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional. (Matos, 2008, p. 39)

As construções sociais de gênero frequentemente resultam em desigualdades. As mulheres, historicamente, têm sido marginalizadas e submetidas a desigualdades econômicas, políticas e sociais. Questões como a disparidade salarial, a violência de gênero e a sub-representação política são algumas das áreas onde essas desigualdades são mais evidentes.

Simone de Beauvoir (1949) fez uma importante contribuição ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, enfatizando que as características femininas são moldadas por processos sociais. Ela oferece uma análise abrangente das condições sociais, culturais e históricas que moldam a opressão das mulheres. Beauvoir analisa como o patriarcado subordina as mulheres, relegando-as a uma posição de “outro” em relação ao homem, considerado o sujeito padrão ou universal.

Conforme Beauvoir (1949), argumenta que a verdadeira emancipação das mulheres só pode ser alcançada quando elas têm a liberdade de definir suas próprias vidas e destinos, livres das restrições impostas pelo patriarcado. Ela defende a importância da independência econômica, da igualdade de oportunidades e da capacidade das mulheres de fazer escolhas autônomas sobre suas vidas. Ela acredita que a conscientização e a ação coletiva são essenciais para a transformação social.

Pode-se estabelecer uma relação entre gênero e dialética a partir da perspectiva marxista, e pode ser aplicada às questões de gênero. Para Konder (1984), a dialética, como método de análise, se foca nas contradições e interações entre diferentes elementos de um sistema para entender as dinâmicas de mudança e transformação. Quando aplicada ao gênero, a dialética pode revelar como as relações de gênero são construídas, mantidas e transformadas em uma sociedade.

As contradições nas relações de gênero impulsionam movimentos sociais e mudanças estruturais. Os movimentos feministas surgem como resposta às contradições de gênero, buscando transformar as estruturas opressivas e promover a igualdade de gênero. Essa dialética prevê que a superação das contradições leva a novas formas de organização social. A relação entre gênero e dialética revela como as estruturas de gênero são dinâmicas e estão sujeitas a mudanças contínuas devido às suas contradições internas. A abordagem dialética permite uma compreensão profunda de como as desigualdades de gênero são mantidas e como podem ser transformadas através da luta social e política. Ao aplicar a dialética às questões de gênero, podemos identificar os processos de opressão e emancipação, compreender a interconexão das diferentes formas de desigualdade e trabalhar para uma sociedade mais equitativa e justa.

Em outra análise de gênero, Sophie Charlier e Hélène Ryckmans (2003) especificam que a abordagem de gênero representa uma nova interpretação das relações sociais. Essa leitura da organização da sociedade propõe um esclarecimento específico sobre as relações entre os homens e as mulheres.

Para Charlier & Ryckmans (2003), as pesquisas feministas destacaram que o acesso, o controle e a utilização dos recursos variam em função de gênero e das sociedades. Em geral, as mulheres têm menos direitos do que os homens. Isso coloca homens e mulheres em níveis diferentes perante as estratégias de desenvolvimento.

Friedrich Engels (2012) fornece uma base importante para essa análise. Engels argumenta que a opressão das mulheres está intimamente ligada ao surgimento da propriedade privada e à divisão do trabalho nas sociedades antigas. Com a transição das sociedades comunais para sociedades baseadas na propriedade privada, a estrutura familiar passou por uma transformação significativa. A família patriarcal surgiu como uma instituição que garantisse a herança patrilinear, subordinando as mulheres e estabelecendo o domínio masculino. Assim, a opressão das mulheres não é vista como uma constante universal, mas como um produto histórico das mudanças nas formas de propriedade e nas relações de produção.

A divisão sexual do trabalho é um conceito central na análise do materialismo histórico e dialético das questões de gênero. Essa divisão, onde as mulheres são geralmente responsáveis pelo trabalho reprodutivo e os homens pelo trabalho produtivo, é fundamental para a manutenção do sistema capitalista. O trabalho reprodutivo, que inclui cuidados domésticos, criação de filhos e outras tarefas não remuneradas, é essencial para a reprodução da força de trabalho, mas é frequentemente invisível e desvalorizado economicamente. Essa

invisibilidade perpetua a exploração das mulheres, sobrecarregadas por uma dupla jornada de trabalho: no mercado de trabalho, onde enfrentam desigualdades salariais e posições precárias, e em casa, onde realizam o trabalho reprodutivo sem reconhecimento.

Pelo viés do materialismo histórico, destaca-se a superestrutura ideológica que sustenta a opressão de gênero. As normas de gênero, que prescrevem papéis específicos para homens e mulheres, são ideologias que legitimam a divisão sexual do trabalho e a subordinação das mulheres. Essas normas são apresentadas como naturais e imutáveis, mas, na verdade, são construções sociais que servem aos interesses da classe dominante.

Como fecho deste tópico, ressalta-se a discussão de que desconstruir essas ideologias é essencial para a luta pela igualdade de gênero. Isso envolve uma conscientização crítica sobre a origem histórica e econômica dessas normas e uma resistência ativa contra as formas de opressão que elas perpetuam.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TEORIAS, PRÁTICAS E A BUSCA POR EQUILÍBRIO ENTRE CRESCIMENTO E CONSERVAÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu durante a Comissão de Brundtland, na década de 1980, onde foi elaborado o relatório *Our Common Future*, quando a primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou a seguinte definição para o conceito: “É a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND apud Scharf, 2004, p.19).

Para Veiga (2005), o conceito mais frequente é tratar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. No entanto, desenvolvimento pode ter um conceito mais amplo que inclui não apenas o crescimento econômico, mas também a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população. Isso envolve acesso à educação de qualidade, cuidados de saúde, habitação adequada, segurança, justiça, entre outros fatores. Assim,

Até o final do século XX, os manuais que servem para transmitir às novas gerações o paradigma da ciência econômica convencional (ou “normal”, no dizer de Thomas Khun) tratavam despididamente desenvolvimento e crescimento econômico como simples sinônimos (Veiga, 2005, p.38).

Conforme Castro (2008), o desenvolvimento está associado ao progresso e à modernização, estabelecendo um sistema de valor comparativo. E como consequência desse pensamento, os países desenvolvidos e industrializados tornam-se o modelo a ser seguido pelos demais, consagrando a dicotomia países desenvolvidos x países subdesenvolvidos.

Como apontado por Nascimento (2012), as dimensões do desenvolvimento sustentável incitam à interrogação de que se essas dimensões (econômica, ambiental e social) da sustentabilidade são suficientes, e qual seria o seu significado. A primeira dimensão do desenvolvimento sustentável normalmente citada é a ambiental. Ela supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural.

A segunda dimensão, a econômica, supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. A terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros.

A partir da visão de Almeida (1998), que enfatiza ainda que a discussão em torno do desenvolvimento sustentável se encontra polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/ideia como sendo gestado dentro da esfera da economia, é com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia produtiva, a natureza passa a ser um bem de capital; por outro lado, uma ideia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à ideia/conceito.

Para exemplificar Leff esclarece que:

As novas lutas sociais no campo - que podem ser definidas como ambientalistas, no sentido em que articulam demandas tradicionais com um processo emergente de legitimação de seus direitos à autogestão dos recursos produtivos e à transformação do sistema político e econômico dominante (a luta pela transição para uma democracia na produção) -, afastam-se do conservacionismo ecologista e dos projetos individuais de automarginalização da ordem social dominante (as comunas ecológicas) (Foladori, 1999, p. 172 *apud* Leff, 2000, p. 272).

De acordo com Samir Amin (2003), o desenvolvimento é um conceito ideológico que supõe a definição do projeto societário, o objetivo de seu desdobramento, o que implica, ao mesmo tempo, em valores e mecanismos. Pois temem que esse projeto não seja uma utopia pura e simples, os “realistas” assimilam o desenvolvimento “possível” (o único “possível”) como o ajuste inteligente às tendências espontâneas do sistema capitalista e reduzem o conceito de desenvolvimento ao de expansão do mercado, elidindo, por isso, todo objetivo de transformação qualitativa que vá além das lógicas fundamentais do sistema.

Para Amin (2003), há uma necessidade de um desenvolvimento autocentrado e desconectado, pois o desenvolvimento endógeno ou local constituiu historicamente o caráter

específico do processo de acumulação do capital nos centros capitalistas e determinou as modalidades do desenvolvimento econômico que resultaram dele, principalmente pela dinâmica das relações sociais internas. Nesse sentido, Amin enfatiza que o desenvolvimento autocentrado supõe, portanto, o que se pode chamar de um domínio das cinco condições essenciais da acumulação. O domínio local da reprodução da força de trabalho; o domínio local da centralização de excedente; o domínio local do mercado; o domínio local dos recursos naturais e o domínio local das tecnologias (equipamentos e habilidades).

Esse desenvolvimento autocentrado, de Amin (2003), coloca as necessidades e aspirações das populações locais no centro das políticas de desenvolvimento. Como a inclusão social (redução das desigualdades) que se refere em implementar políticas que promovam a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, garantindo que todas as camadas da sociedade se beneficiem. O empoderamento comunitário propõe envolver as comunidades locais no processo de tomada de decisões, promovendo uma participação democrática e inclusiva. A soberania alimentar (agricultura sustentável) visa promover práticas agrícolas sustentáveis para garantir a segurança alimentar e reduzir a dependência de importações de alimentos.

A desconexão proposta por Amin (2003) não significa isolamento completo, mas uma reorientação estratégica do desenvolvimento econômico para reduzir a dependência dos mercados globais e do capital estrangeiro. Autossuficiência econômica que visa promover a industrialização e a diversificação econômica internamente para reduzir a dependência de importações. Desenvolvimento de Capacidades que propõe investir em educação, pesquisa e desenvolvimento para fomentar a inovação e a capacidade tecnológica local, e a sustentabilidade ambiental que dá a ênfase na soberania alimentar e energética e nas práticas agrícolas sustentáveis alinhando-se bem com os objetivos de desenvolvimento sustentável. E por fim, a equidade social, a inclusão social e a redução das desigualdades são aspectos centrais da proposta de Amin, destacando a importância de um desenvolvimento mais justo e equitativo.

A teoria de desenvolvimento de Amin (2023) oferece uma crítica contundente ao modelo capitalista global e propõe alternativas baseadas na desconexão e no desenvolvimento autocentrado. Sua abordagem destaca a necessidade de autossuficiência, inclusão social e cooperação regional para construir um sistema de desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Outra contribuição significativa para o debate sobre desenvolvimento sustentável, especialmente no contexto da América Latina é de Guillermo Foladori (2004), que destaca as

limitações e contradições do conceito de desenvolvimento sustentável, particularmente quando aplicado dentro das estruturas capitalistas globais.

De acordo com Foladori (2004), que argumenta que o conceito de desenvolvimento sustentável, como formulado nos principais documentos internacionais (por exemplo, o Relatório Brundtland), é muitas vezes vago e ambíguo, sugere que essa ambiguidade permite que o conceito seja apropriado por diferentes interesses, incluindo aqueles que perpetuam a exploração dos recursos naturais e a desigualdade social. Para Foladori (2004), o desenvolvimento sustentável pode se tornar uma ferramenta retórica utilizada para justificar práticas que, na realidade, não alteram as estruturas econômicas e sociais que geram a degradação ambiental e a injustiça social.

Enquanto o crescimento econômico é um componente importante do desenvolvimento, este último vai muito além do aumento da produção econômica. O desenvolvimento visa à criação de sociedades mais justas, equitativas, inclusivas, sustentáveis e bem-sucedidas em termos de bem-estar humano e qualidade de vida. Portanto, é essencial considerar ambas as dimensões ao avaliar e promover o progresso de uma sociedade.

Sen (2018), quando teoriza sobre o tema, estabelece que o desenvolvimento é relevante inclusive para os países considerados muito ricos. E que a presença de contrastes intergrupais nesses países deve ser considerada nessa visão como aspecto essencial da concepção de desenvolvimento.

Sobretudo, há alguns elementos que podem caracterizar o desenvolvimento endógeno ou local em um contexto geográfico específico, reconhecendo a diversidade de necessidades e recursos que podem variar significativamente de um local para outro. Envolvendo ativamente a participação e engajamento da comunidade local. Os residentes, organizações locais e líderes desempenham um papel fundamental na identificação de prioridades, no planejamento e na implementação de projetos de desenvolvimento. Dessa feita,

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto... isto leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada economia e sociedade locais (Barquero, 2002, p.68).

Além disso, valoriza e mobiliza os recursos existentes na comunidade. Isso inclui não apenas recursos econômicos, como empresas locais e indústrias, mas também recursos humanos, culturais e naturais. Busca um desenvolvimento equilibrado que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem

às suas próprias necessidades. Isso inclui considerações ambientais, sociais e econômicas.

Para Barquero (2002), consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo. O território é um agente de transformação e não mero suporte de recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. Diversifica a base econômica da comunidade para reduzir a dependência de setores econômicos específicos. Isso pode envolver a promoção e apoio ao empreendedorismo local e o desenvolvimento de habilidades e capacidades locais, melhorar a colaboração, facilitar o acesso a recursos e promover a inovação.

E na Amazônia, o desenvolvimento endógeno pode se referir a uma abordagem que se concentra em utilizar os recursos e potenciais locais da região amazônica para impulsionar o progresso econômico, social e ambiental de maneira sustentável. Essa abordagem se opõe a um modelo de desenvolvimento que depende principalmente de recursos externos ou de grandes intervenções que podem ter impactos negativos no ecossistema amazônico.

O desenvolvimento deve ser sustentável, equilibrando crescimento econômico com a preservação ambiental e a equidade social. A participação ativa da comunidade local é essencial para identificar prioridades e mobilizar recursos. A inclusão social vem garantir que todos os segmentos da população se beneficiem do desenvolvimento. O que demonstra que o empoderamento das comunidades locais é crucial para criar um senso de propriedade e responsabilidade pelo desenvolvimento. Importante incentivar a inovação, aproveitando o conhecimento e as tradições locais, bem como introduzindo novas tecnologias e práticas que sejam apropriadas ao contexto local. Para investir na educação e capacitação da população local, é fundamental para aumentar a produtividade e a competitividade da economia local.

Barquero (2002) oferece uma abordagem inovadora e sustentável para o desenvolvimento econômico local. Ao focar nos recursos e capacidades internas de uma região, este modelo promove um desenvolvimento mais autônomo, inclusivo e sustentável. Embora haja desafios na implementação, os princípios do desenvolvimento endógeno fornecem um caminho promissor para regiões que buscam um crescimento econômico resiliente e equitativo.

No entanto, o planeta passa por evidências incontestáveis de mudança climática, de eventos ambientais extremos e dos impactos negativos de um modelo de desenvolvimento que leva à exaustão tanto os recursos naturais quanto às relações sociais, às custas de uma sobrevivência miserável para a maioria das pessoas. Nesse sentido, Alier (2007) traça um conceito que destaca as interações complexas entre questões ambientais e desigualdades

sociais, especialmente em contextos onde as populações economicamente desfavorecidas enfrentam os impactos mais severos da degradação ambiental.

Para exemplificar, Alier (2007) enfatiza que os mais vulneráveis são frequentemente os mais afetados por práticas de exploração insustentável dos recursos naturais, poluição, desmatamento e outros problemas ambientais. Isso ocorre porque as comunidades pobres muitas vezes dependem diretamente dos recursos naturais para suas subsistências e são obrigadas a enfrentar as consequências prejudiciais da degradação ambiental em sua saúde, segurança alimentar e bem-estar geral.

Esse debate não apenas chama a atenção para essas injustiças, mas também argumenta que as lutas por justiça social e ambiental estão interligadas. Muitas vezes, as comunidades pobres são as primeiras a se mobilizarem para proteger seus recursos naturais e a defender seus direitos à terra e ao meio ambiente saudável. Essas lutas podem se manifestar por meio de movimentos sociais, resistência a projetos de exploração de recursos naturais, defesa de territórios indígenas e comunidades tradicionais, entre outras formas de ativismo. Isso,

[...] não é uma reverência sagrada a natureza, mas antes um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas sim pelos humanos mais pobres de hoje (Martínez-Alier, 2011, p.34)

Importante dar voz às populações marginalizadas nas discussões sobre desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente, reconhecendo a centralidade de suas experiências e lutas nesses processos. Alier (2007), no qual explora a interseção entre ecologia, economia e justiça social, busca destacar a importância das lutas ambientais das comunidades pobres e marginalizadas, muitas vezes invisibilizadas no discurso ambientalista tradicional.

Alier (2007) argumenta que, ao contrário da percepção comum, os pobres do mundo, especialmente em países em desenvolvimento, frequentemente se engajam em formas significativas de resistência ambiental. Estas comunidades lutam contra a degradação ambiental não apenas para proteger o meio ambiente, mas também como uma questão de sobrevivência, já que dependem diretamente dos recursos naturais para suas vidas e subsistência.

Um dos conceitos centrais apresentados é de “ecologia de subsistência”. Este termo se refere às práticas e modos de vida das comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais locais para sobreviver. Essas práticas são muitas vezes sustentáveis e baseadas em um conhecimento ecológico profundo transmitido por gerações. No entanto, estas

comunidades enfrentam ameaças constantes de projetos de desenvolvimento, exploração de recursos e políticas que não reconhecem ou respeitam seus modos de vida.

Se torna relevante no contexto atual de crise ambiental e desigualdade global essa discussão. As mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas são problemas que afetam desproporcionalmente as comunidades pobres e vulneráveis.

4 A EMERGÊNCIA DOS COLETIVOS: REVISITANDO A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na transformação da sociedade, pressionando por mudanças políticas, econômicas e culturais. Eles são uma forma importante de participação cidadã, permitindo que as pessoas expressem suas preocupações e demandas. Compreender a teoria por trás dos movimentos sociais ajuda a entender como os cidadãos se envolvem na tomada de decisões políticas. É fundamental para uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e de gênero que moldam as sociedades e influenciam as mudanças ao longo do tempo. Isso é essencial para a construção de sociedades mais justas, participativas e igualitárias.

Como observado em Gohn (2004), ela desenvolveu uma teoria sobre movimentos sociais que enfatiza a centralidade da ação coletiva como elemento focal desses movimentos. Segundo ela, os movimentos sociais surgem a partir de uma demanda por reconhecimento, justiça e direitos por parte de grupos e classes sociais que se encontram em condições de vulnerabilidade e desigualdade. A autora ressalta a importância da ação coletiva na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

De acordo com Gohn (2004), os movimentos sociais são ações coletivas de grupos organizados que buscam promover mudanças sociais, políticas e culturais. Esses movimentos são compostos por atores sociais que se unem em torno de demandas e objetivos comuns. Podem ser movimentos sindicais, movimentos de luta por moradia, movimentos de defesa dos direitos das mulheres ou movimentos ambientalistas.

A teoria clássica sobre os movimentos sociais que predominou até os anos de 1960 não foi homogênea e teve diferentes ênfases num conjunto de abordagens teóricas que buscava entender a dinâmica e a natureza dos movimentos sociais no Brasil. A escola de Chicago, em 1949, nos trabalhos de Herbert Blumer, apresentou a primeira teoria sobre os movimentos sociais (Gohn, 2004).

Para os paradigmas clássicos, os movimentos sociais eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos e conflituosos que tinham um caráter classista. Para Karl Marx, a práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo social e tem como base fundamental o mundo do trabalho. (Gohn, 2004).

Na abordagem clássica marxista, os aspectos organizacionais do movimento interessavam enquanto eram um dos fatores geradores de consciência social (Gohn, 2004). É relevante notar a análise do movimento social sob o paradigma marxista, pois trata dos processos de lutas sociais voltados para as transformações das condições existentes na realidade social, de carências econômicas ou opressão sociopolítica e cultural. (Gohn, 2004).

Devemos reconhecer que o marxismo é uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Marx afirmou: “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, conseqüentemente, a grande finalidade a que deve estar subordinado todo movimento”. Há a questão da solidariedade numa relação social que Marx dizia ser a categoria fundamental na análise de várias abordagens sobre os movimentos sociais, devem ter os mesmos interesses e ser voltada para um dado objetivo: a emancipação dos trabalhadores. (Gohn, 2004).

A ação coletiva nos movimentos sociais envolve a participação ativa e engajamento de trabalhadores que compartilham uma identidade coletiva ou um propósito comum. Esses grupos podem ser formados por diferentes comunidades ou segmentos da sociedade, como mulheres, jovens, indígenas, LGBTQIAPN+, minorias étnicas, entre outros. Eles se unem para enfrentar desafios, lutar contra injustiças e promover transformações sociais. Por isso,

Desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (Gohn, 2004, p. 275).

Além disso, as ações coletivas também podem ser uma forma de construir solidariedade, criar redes de apoio e fortalecer as comunidades. Elas podem gerar transformações sociais significativas, influenciar políticas públicas e impactar a consciência coletiva da sociedade.

A organização coletiva pode reunir pessoas de diversas origens, culturas e grupos sociais, o que enriquece a perspectiva do movimento e aumenta sua legitimidade. A organização coletiva permite que os membros se identifiquem com um grupo e compartilhem um senso de solidariedade. Isso pode aumentar o comprometimento com a causa do movimento e fortalecer os laços entre os membros. Nos estudos marxistas contemporâneos os

movimentos não surgem espontaneamente, eles são gerados através de organização de cidadãos. (Gohn, 2004)

Em uma análise mais contemporânea Hobsbawm (2012), tratou sobre o surgimento de novas forças sociais, movimentos sociais em favor da política de alguma identidade grupal chamando estes novos processos de “política de identidade”, ética/nacional ou religiosa.

A partir da década de 1950 E. P. Thompson em seus estudos resgatou a história das classes trabalhadoras abrangendo aspectos não perceptíveis até aquele período. Ele destacou que a classe se constrói na luta, daí a importância do conceito de experiência para Thompson que situa a experiência como práxis humana. É a luta que as forma. E que constantemente Thompson vê as classes em processo de formação. (Gohn, 2004)

Outra teoria que dialoga é de Francois Houtart na obra “A teoria marxista hoje” (2007) o qual afirma que os movimentos sociais são os frutos de contradições que se englobalizaram. Para ele os movimentos nascem da percepção de objetivos como metas de ação, mas para existirem no tempo necessitam de um processo de institucionalização. Criam-se papéis indispensáveis para sua reprodução social. E assim nasce uma permanente dialética entre metas e organização cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução se imponha sobre as exigências dos objetivos procurados.

Houtart (2007) destaca que para a construção de uma consciência coletiva é necessária ética para a construção constante pelo conjunto de atores sociais em referência a dignidade humana e ao bem de todos. Assim,

Os movimentos nascem da percepção de objetivos como metas de ação, mas para existirem no tempo necessitam de um processo de institucionalização. Criam-se papéis indispensáveis para sua reprodução social. Assim nasce uma permanente dialética entre metas e organização cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução se imponha sobre as exigências dos objetivos procurados (Houtart, 2007, p. 424).

Assim sendo, é notável o aparecimento de movimentos sociais liderados e coordenados por mulheres na Amazônia, onde elas são protagonistas. Pois nessa perspectiva o protagonismo feminino vem se destacando nos estudos sob movimentos sociais contemporâneos sendo de extrema relevância tratar sobre esse tema que reconhece e valoriza as contribuições das mulheres para a transformação social e a promoção de mudanças positivas nas comunidades e na sociedade como um todo. Isso é fundamental para que as histórias e realizações das mulheres não sejam apagadas ou negligenciadas.

Para Charlier e Ryckmans (2003), as associações de mulheres envolvem-se, ao nível social e comunitário. Elas se engajam em grupos de autoajuda, no apoio social e afetivo, e realizam todo tipo de tarefas comunitárias e econômicas. No meio rural, agrupamentos

femininos foram estruturados e obtiveram terras para produção coletiva, negociando em grupo o acesso ao crédito e aos equipamentos. Para elas, a compreensão da pobreza não pode deixar de levar em consideração os papéis sociais femininos e masculinos.

Isabel Yépez e Sophie Charlier, universidade católica de Louvain, dizem que:

Ao participar de uma organização social, as mulheres não dissociam as diferentes expectativas. Elas procuram responder ao máximo as suas múltiplas necessidades. Através da organização social, que pode ser de tendência econômica (economia solidária), elas buscam:

[...] sua identidade no grupo e como pessoas: a confiança em si;

[...] o bem-estar da família, às vezes simplesmente a sua sobrevivência (sobretudo em relação aos filhos); através da autonomia alimentar (autoconsumo, troca) e econômica (economia solidária);

[...] uma melhora da própria condição através da formação, que pode abrir as portas de atividades menos árduas e menos cansativas do que a agricultura, garantindo uma renda mais regular.

[...] poder ser agentes de desenvolvimento da comunidade e terem voz ativa nas decisões políticas, e a participação numa organização social que pode constituir uma alavanca para as reivindicações políticas” (Yépez & Charlier, 1999, p.155)

Ao entender os desafios que as mulheres enfrentam nos movimentos sociais, é possível desenvolver estratégias para superar barreiras e garantir a participação plena e igualitária. Assim, ampliando a representatividade das mulheres em diferentes espaços, incluindo os movimentos sociais. Mulheres que têm exercido liderança e papel de destaque na organização e mobilização dos movimentos sociais têm mostrado habilidades de liderança, capacidade de articulação e de construção de redes de apoio.

Desta maneira, o movimento social, através da ação coletiva, fornece um arcabouço conceitual valioso para entender como as mulheres se organizam, coordenam e colaboram para buscar objetivos comuns. Ele explora a dinâmica de formação de grupos, as estratégias de mobilização, os desafios enfrentados e os impactos que a ação coletiva pode ter na sociedade. Tal fato dialoga firmemente com mais dois conceitos centrais para esta pesquisa: o ecofeminismo e a economia solidária.

5 FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DA TEORIA ECOFEMINISTA

Partiu-se das premissas epistemológicas do ecofeminismo e entende-se como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres (Siliprande, 2000). Assim,

Nascido nos anos 70, o ecofeminismo surge como um espaço comum que congrega

as reivindicações das mulheres com as metas do movimento ecológico. O termo “ecofeminismo” foi cunhado em 1974 pela ativista Françoise D’Eaubonne, que publicou na ocasião o livro “Le féminisme ou la mort” (O feminismo ou a morte). Ela faz uma síntese crítica da ecologia política de Serge Moscovici com o feminismo de Simone De Beauvoir. “Ambos criticam a ideia de natureza, mas o primeiro para torná-la o princípio virtuoso necessário à sociedade, a segunda para torná-la o princípio a ser superado e transcendido” (Gandon, 2009, p. 8).

Nesse sentido, o ecofeminismo é uma abordagem filosófica e política que busca estabelecer conexões entre a opressão das mulheres e a degradação do meio ambiente. Essa corrente de pensamento argumenta que existe uma relação intrínseca entre a exploração e a dominação da natureza e a opressão das mulheres. Ele surge da interseção entre o feminismo e o movimento ambientalista. Essa abordagem critica o paradigma dominante de desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais e na subjugação das mulheres. Argumenta que a exploração e a dominação das mulheres são semelhantes à exploração e à degradação da natureza, pois ambos são resultados de uma mentalidade patriarcal e de uma visão hierárquica da relação entre humanos e o ambiente. Então, as mulheres se mobilizam para assegurar uma equidade de gênero também no campo dos movimentos socioambientais e do pensamento ecológico (Gandon, 2009, P. 5-6).

A partir da visão de Shiva (1991), em seus escritos frequentemente ela pontua interconexão entre a opressão das mulheres e a destruição ambiental. Vista como uma das principais vozes do eco feminismo, Shiva (1991) enfatiza a conexão entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza. Ela argumenta que o patriarcado e o capitalismo são sistemas interligados que sustentam a dominação sobre as mulheres e o meio ambiente. Seu trabalho eco feminista destaca a importância de valorizar os conhecimentos e práticas das mulheres na promoção da sustentabilidade e da justiça ambiental.

Em 1988, Shiva fez uma análise de como a violência contra as mulheres e a natureza, na Índia e também em outros países do terceiro mundo, tinha origem em bases materiais. Ela relaciona as formas de dominação sobre os povos desses países, através das quais se orientavam os programas de “desenvolvimento” com a destruição da natureza, cuja consequência principal foi (e é) a destruição das condições para própria sobrevivência das mulheres (pela extinção das fontes de alimentação, água e da biodiversidade). Para a autora, a origem desses problemas está no paradigma desenvolvimentista que orienta essas ações, que vê o meio ambiente como um “recurso” separado e à disposição da humanidade. (Shiva, 1988)

Dentro dessa perspectiva, o ecofeminismo defende a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa e sustentável em relação à natureza, baseada na valorização da interconexão

entre os seres humanos e o meio ambiente. Além disso, ele busca desafiar as estruturas de poder e as normas sociais que perpetuam a opressão das mulheres e a degradação ambiental.

Por isso,

Embora não haja uma filosofia única do ecofeminismo, certos temas principais são comuns ao campo. No nível mais amplo, o ecofeminismo refere-se a idéia de que a desvalorização das mulheres e da natureza tem andado de mãos dadas na sociedade ocidental patriarcal. Essa desvalorização se reforça mutuamente, por exemplo, as mulheres são associadas com a natureza por isso são desvalorizadas ; e a natureza é vista como feminina e por isso também é desvalorizada (Kheel, 2019. p. 22).

Na visão de Neto e Rangel (2023), como resposta à desigualdade de gênero e de acesso aos recursos naturais, alimentares e de subsistência, surgiram movimentos como o eco feminismo que, sobretudo após o Movimento Chipko, relacionou a luta pela igualdade de gênero à conservação ambiental e reapropriação social da natureza pelas mulheres, identificando e debatendo as relações específicas entre desigualdade de gênero, trabalho e crise ambiental (Leff, 2015).

Como observado por Neto e Rangel (2023) além das pautas ambientais, as reivindicações do eco feminismo incorporam a conquista de direitos civis e investigam a diferença produzida pela alteridade sexual, fundamentada em discursos que sustentam as diferenças de significação da linguagem por estruturas simbólicas (Leff, 2015), cuja crítica abre perspectivas para a sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero.

Conforme Neto e Rangel (2023), a discussão sobre gênero e o reconhecimento da contribuição das mulheres para a conservação da natureza tem convergido com as reivindicações ambientais na academia e nos movimentos sociais. Enrique Leff (2015) afirma que o debate sobre as questões de gênero e legitimação dos direitos das mulheres converge com as pautas ambientais, demonstrando que a desigualdade de gênero e a exploração irracional da natureza estão totalmente relacionados na sociedade moderna, caracterizando-se como processos complexos aos quais as mulheres aparecem como um dos grupos mais vulneráveis às transformações ambientais.

Para Neto e Rangel (2023), tal convergência relaciona-se, sobretudo, pelo fato de que boa parte das mulheres do mundo são produtoras ou buscadoras de alimentos e alimentadoras de famílias, assumindo a maioria do trabalho social em contextos urbanos e rurais. Isso nem sempre é visto como forma de trabalho, sendo desvalorizado, e frequentemente não é pago. Assim,

As normas de gênero criaram imensas desvantagens para as mulheres, ainda mais intensas nas sociedades tradicionais e rurais, onde estas desempenham atividades na agricultura, no extrativismo e na pesca (Andrews; Lewis, 2017 apud Neto; Rangel 2023).

Isso explica ainda que, preliminarmente, a desigualdade proveniente de modelos de desenvolvimento implementados na Amazônia e a agudeza com que se asseveram sobre as populações mais espoliadas no decurso da história, especialmente as mulheres, vem se mantendo.

O ecofeminismo, que conecta a exploração da natureza com a opressão das mulheres, encontra um terreno fértil na Amazônia, onde as mulheres desempenham papéis fundamentais na conservação ambiental e na sustentabilidade das comunidades. O movimento promove a justiça ambiental e social, defendendo que as soluções para os problemas ambientais devem incluir a equidade de gênero e a justiça social.

Elas são líderes em suas comunidades, contribuem para a preservação de suas culturas, conhecimentos tradicionais e lutam contra a violência de gênero e a discriminação. O movimento promove a justiça ambiental e social, defendendo que as soluções para os problemas ambientais devem incluir a equidade de gênero e a justiça social, além de promover a valorização do trabalho feminino, mesmo sem terem consciência de que estão exercendo o eco feminismo. O ecofeminismo sugere que um mundo mais justo e sustentável só pode ser alcançado abordando simultaneamente a opressão das mulheres e a degradação ambiental.

6 A TEORIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO E AUTONOMIA ECONÔMICA

A Economia Solidária (ES) surge como uma alternativa econômica e social a economia capitalista e seus conflitos, com proposta significativamente inovadora e com características que afrontam duramente sua metodologia, uma vez que se pauta em valores como a solidariedade, a sustentabilidade e a autogestão. Diante dos seus diferenciais, a economia solidária tem avançado como objeto de pesquisa em vários países do mundo, possuindo atualmente um significativo acervo bibliográfico (Santos, 2021).

A análise realizada por Santos (2021) demonstra que é necessário destacar o potencial da economia solidária de organizar segmentos desestruturados (seja por falta de instrução ou por falta de recursos) e ainda por empoderar os associados, tornando-os mais conscientes da lógica em que estão inseridos, dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos e da necessidade de romper com o individualismo, característico no sistema capitalista.

A economia solidária é um modelo, em observância à complexidade local, que mais se adequa às perspectivas de bem-viver por promover a inclusão social, a geração de trabalho

digno, a redução das desigualdades, a valorização das habilidades, conhecimentos e o desenvolvimento local. Esse tipo de economia enfatiza a importância da sustentabilidade ambiental, incentivando práticas econômicas que respeitem o meio ambiente.

Um modelo econômico baseado na cooperação, solidariedade e autogestão, em contraste com o modelo tradicional de economia de mercado, onde a busca pelo lucro é o principal objetivo, a economia solidária busca promover o bem-estar social, a inclusão, o desenvolvimento local e a sustentabilidade.

A origem histórica do modelo de economia solidária em sua fase inicial surge com o britânico Robert Owen no século XIX que teve as primeiras ideias em propor um engenhoso plano filantrópico em que o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro ao fim de cada exercício (Singer, 2022).

Para Singer (2022), a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril de produção.

A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais (Singer, 2022). Na economia solidária, o objetivo principal não é maximizar o lucro, mas sim promover o bem-estar social e econômico das pessoas envolvidas. Ela valoriza o trabalho coletivo e a colaboração. Dessa forma, os empreendimentos solidários são organizados de maneira democrática, com a participação igualitária dos membros e a tomada de decisões coletivas.

No Brasil, esse modelo de autogestão surgiu como uma resposta à exclusão social e econômica provocada pelas crises e políticas neoliberais das décadas de 1980 e 1990. Durante essas décadas, o Brasil enfrentou severas crises econômicas, caracterizadas por alta inflação, recessão e aumento do desemprego. A precarização do trabalho e a exclusão de grandes segmentos da população dos benefícios do crescimento econômico levaram à busca por alternativas. A adoção de políticas neoliberais, que incluíam privatizações, desregulamentações e cortes nos gastos sociais, exacerbou a exclusão social e a desigualdade, afetando negativamente os trabalhadores e as comunidades mais vulneráveis.

Em 1981, o Brasil foi colhido pela grande crise financeira que, a partir dos Estados Unidos, se irradiou pelo mundo. O seu impacto foi particularmente violento na América Latina, Brasil, a primeira experiência de desemprego em massa e gigantesca exclusão social da nossa história (Singer, 2022).

Nesse sentido, Singer (2022) escreve que a Cáritas brasileira começou a organizar os

desempregados em Projetos Alternativos Comunitários (PACs). E que estes eram, a princípio, pequenos grupos de produção à procura de qualquer oportunidade de ganho mediante trabalho associado. Singer também aborda esse período, mostrando que a economia solidária foi uma inovação social em sua origem e logo se tornou fonte de outras inovações sociais.

Hoje, os empreendimentos de economia solidária são caracterizados por princípios como autogestão, participação democrática, igualdade, solidariedade, respeito ao meio ambiente e cooperação. Eles podem englobar uma ampla gama de atividades, desde a produção de alimentos orgânicos, artesanato, serviços de cuidados, até cooperativas de crédito, comércio justo e moedas sociais.

Para Singer (2022), representa uma alternativa viável e necessária ao modelo econômico tradicional, promovendo valores de cooperação, autogestão e sustentabilidade. No Brasil, este modelo tem mostrado seu potencial para transformar comunidades, promover a inclusão social e proteger o meio ambiente. É vista como uma alternativa ao modelo econômico predominante, pois coloca as mulheres e a comunidade no centro das decisões econômicas, promovendo a justiça social, a sustentabilidade e a construção de relações mais equitativas e solidárias.

Para Silva (2019),

A economia popular solidária surge como uma estratégia de sobrevivência dos marginalizados do mercado de trabalho, pois por meio dos empreendimentos econômicos solidários, os meios de produção são socializados na busca de unir posse, uso dos meios de produção e cooperação recíproca (Silva, 2019, p.35).

Nesse contexto, a economia solidária pode ser um aliado no desenvolvimento local no lado de cá da Amazônia. Pois, sendo um modelo econômico baseado em princípios de cooperação, solidariedade, participação e autogestão, busca criar alternativas aos sistemas econômicos tradicionais, que frequentemente geram desigualdade, exclusão e concentração de poder.

Para Santos (2021), a ES como objeto de investigação acadêmica é uma realidade recente. É notório, no entanto, o conflito que assola a discussão, uma vez que são constantemente confundidos e até mesmo utilizados como sinônimos os conceitos de Economia Solidária, Terceiro Setor, Economia Social, Economia Popular. Um consenso, no entanto, compõe as investigações voltadas à questão: a percepção da economia solidária como uma contraposição, uma alternativa ao caráter desumanizador do capitalismo. A preocupação com os impactos sociais e ambientais trazidos pelo capitalismo é um dos maiores motivos para a necessidade de buscas de alternativas por uma economia diferente.

7 PANORAMA E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

7.1 MUNICÍPIO DE MACAPÁ – DISTRITO DO BAILIQUE

A Associação de Mulheres Agroextrativistas do Limão do Curuá (AMELC) está localizada na comunidade do Limão do Curuá – distrito do Arquipélago do Bailique que pertence à capital Macapá. A capital abriga a maioria da população do Estado, estimada em 442.933 habitantes (IBGE, 2022). Possui um território de 6.562,41 km². Localiza-se na região sudeste do Estado, estendendo-se da margem esquerda do rio Amazonas (entre os rios Pedreira, Matapi e litoral atlântico) até a nascente do rio Maruanum. É a única capital brasileira cortada pela Linha do Equador (que divide o planeta em dois hemisférios) e sua altitude é de 16.48m (sede). Faz limite com os municípios de Santana, Itaubal, Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias e Amapá.

O arquipélago do Bailique localiza-se a aproximadamente 200 km da capital Macapá-AP, na foz do rio Amazonas, e só tem acesso por via fluvial. Assentada sobre a planície flúvio-estuarina, com áreas inundáveis, está sujeita aos processos de erosão e deposição sedimentar. É composta por oito ilhas (reconhecidas) e 51 comunidades (consideradas pelo conselho comunitário do Bailique-CCB), com um total de cerca de 10 mil habitantes, na maioria são pescadores, agricultores e extrativistas.

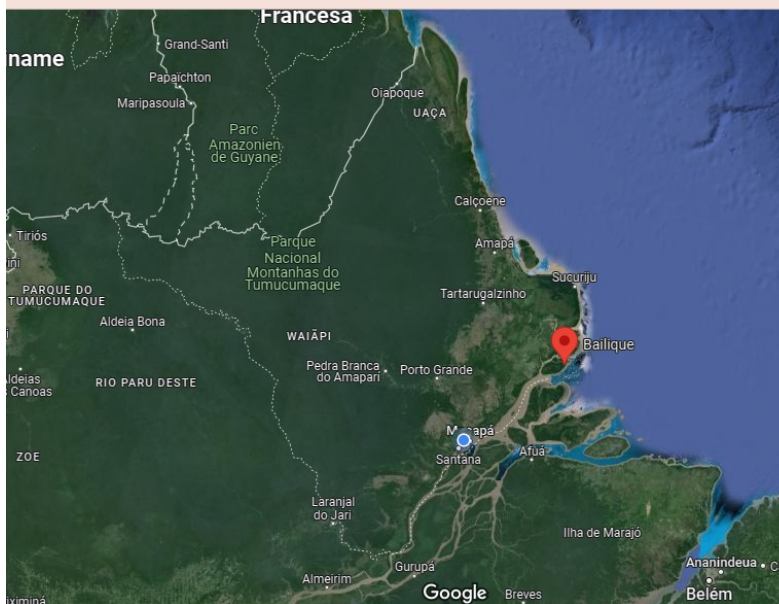
Associação das Mulheres Extrativistas do Limão do Curuá (AMELC) esta localizada ao sul do Arquipélago do Bailique, na Ilha do Curuá, na comunidade de Limão do Curuá está conhecida pelo conjunto de vestígios arqueológicos da época em que navegavam embarcações holandesas, inglesas e francesas pela região, que faziam o comércio de seus produtos em troca de matéria-prima (sementes), material já reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O material é conservado na própria comunidade.

O Limão do Curuá é uma das 50 comunidades do Arquipélago do Bailique, caracterizado como um território de populações tradicionais adaptadas e dependentes dos ecossistemas naturais para sua reprodução cultural e socioeconômica. O meio de transporte para chegar a essas ilhas é a via fluvial, e os barcos de linha não têm dia e hora fixos de saída e chegada, pois dependem do regime de maré do rio Amazonas. Isso influencia o tempo de deslocamento, que pode variar de 12 a 18 horas de viagem de Macapá até a Vila Progresso (sede administrativa do Bailique), ou de 6 a 8 horas para a comunidade Limão do Curuá.

A comunidade se formou às margens do rio Curuá e atualmente é composta por 70

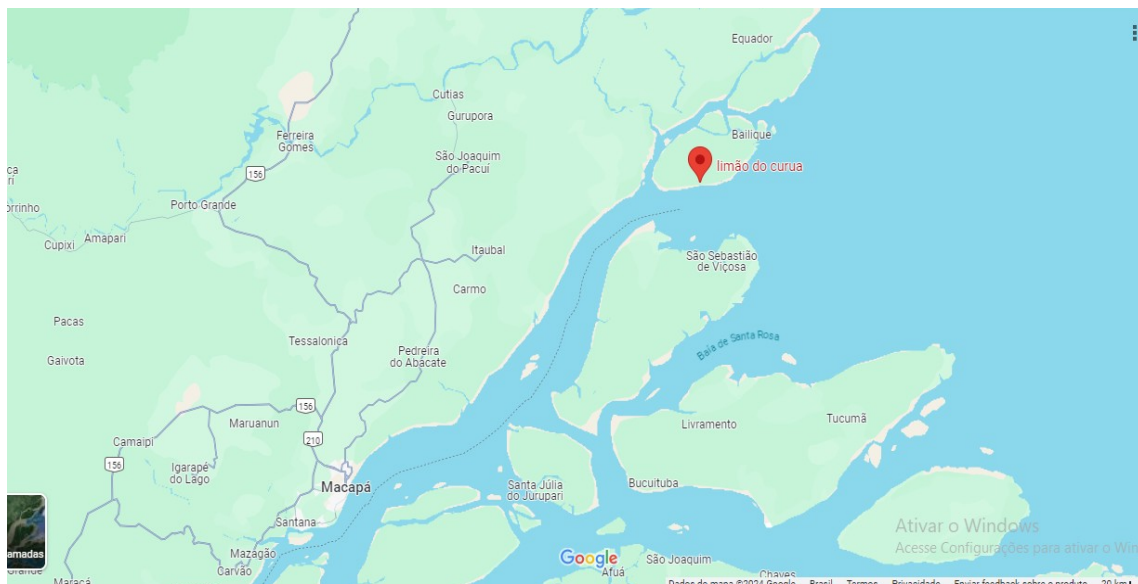
famílias, que vivem basicamente do manejo do açaí, da pesca artesanal de peixe e camarão, e da extração do óleo de pracaxi, de acordo com levantamento do pesquisador João Freitas, do Instituto Estadual de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IEPA).

Mapa 1 –Localização Arquipélago do Bailique



Fonte: Google maps 12.07.2024

Mapa 2 - localização da comunidade Limão do Curuá



Fonte: Google maps 12.07.2024

7.2 MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE

Localizado na região central do Estado, temos o município de Porto Grande que está a 108 quilômetros de Macapá. Foi criado pela Lei Nº 3, de 1º de maio de 1992. Tem uma população estimada em 17.848 mil habitantes (IBGE 2022) e uma área de 4.428,013 km² (IBGE,2022). O acesso é pela rodovia federal BR-156 e a viagem até a região conta com um trecho todo asfaltado. Faz limite com os municípios de Macapá, Ferreira Gomes, Mazagão, Pedra Branca e Santana. Economicamente, no setor primário há prósperas criações de bovinos, bubalinos e suínos. Destaca-se, também, o setor extrativista vegetal, o município é o principal produtor de areia e seixo do Estado.

Sediada na área rural de Porto Grande está a Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari com sua sede na comunidade ribeirinha do Alto Rio Araguari localizado a 60 km de distância da sede do município, compondo a Floresta Estadual do Amapá (Flota). A Floresta Estadual do Amapá, criada em 12 de julho de 2006 pela Lei nº 1.028, é a maior unidade de conservação do estado. Sua finalidade é promover o uso sustentável dos recursos naturais, por meio de concessões para manejo florestal, extrativismo e serviços ambientais.¹

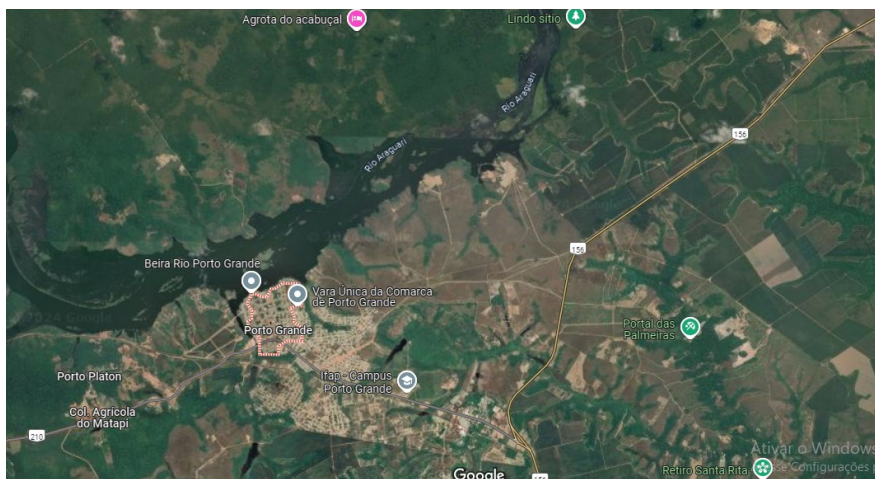
Mapa 3 - município de Porto Grande



Fonte: Google maps, 2024.

¹<https://www.portal.ap.gov.br/conheca/porto-grande>

Mapa 4 - Alto Araguari



Fonte: Google maps, 2024.

7.3 MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI - RESEX DO RIO CAJARI

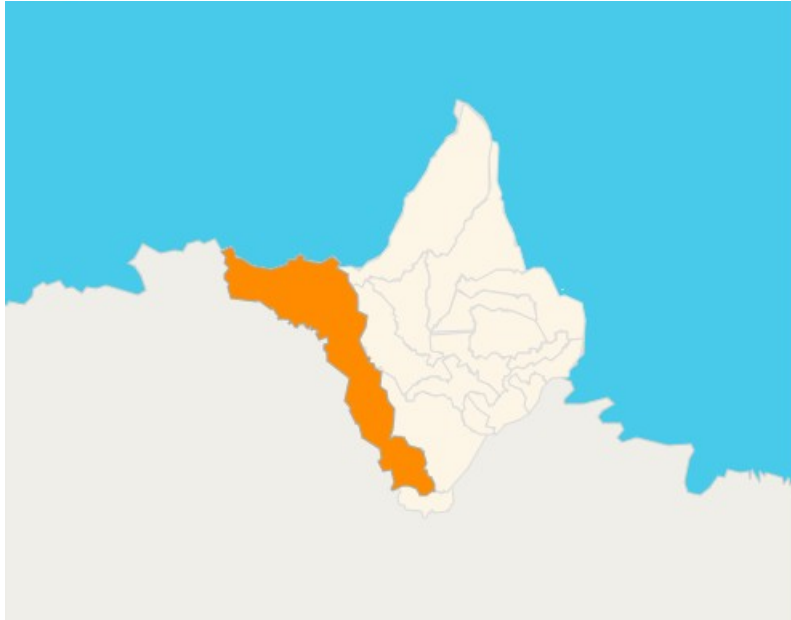
Localizado na região sul do Amapá, temos o município de Laranjal do Jari, criado pela Lei Federal n.º 7.639, de 6 de dezembro de 1987. Faz fronteira com o Estado do Pará, mais especificamente com Monte Dourado, distrito do município de Almerim (PA), situado na outra margem do Rio Jari. Está localizada à distância da capital, 287 km da capital, e o acesso é pelo chamado eixo sul da BR-156, trecho ainda não asfaltado da estrada federal, também sendo possível o acesso fluvial pelo rio Jari. Em uma área de 30.782,998km² (IBGE, 2022), tem uma população estimada em 35.114 habitantes (IBGE, 2022). Faz limite com os municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque, além do Estado do Pará e ainda com os países Suriname e Guiana Francesa, pela imensidão geográfica. A região é destaque no extrativismo vegetal.

No município está localizada a Reserva Extrativista do Rio Cajari – que abrange também os municípios de Vitória do Jari e Mazagão, criada através do decreto no 99.145, de 12 de março de 1990. A comunidade Água Branca do Cajari é um distrito localizado a 72 km do município Laranjal do Jari, cuja maior atividade exercida pelos moradores está voltada ao extrativismo vegetal e onde está localizada a AMAC.

Conforme Filocreão e Ribeiro (2012) a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX-Cajari) foi criada em 1990, e, atualmente, é administrada e fiscalizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), está localizada na região sul do Estado do Amapá com área de 532.397, 20 hectares distribuídos nos Municípios de Mazagão,

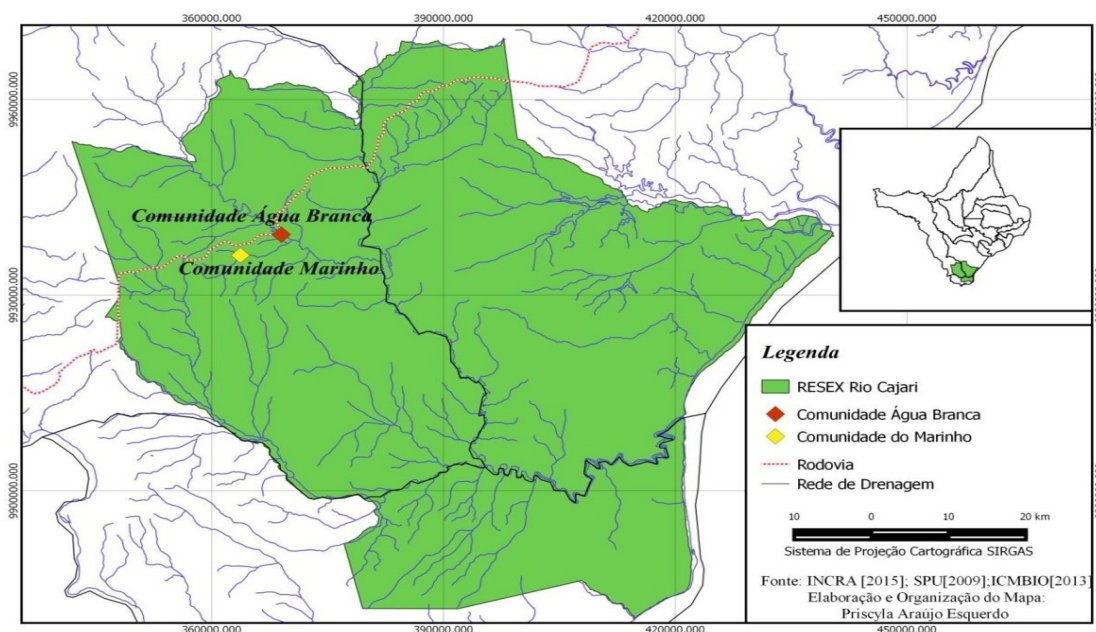
Laranjal do Jari e Vitória do Jari. A região possui uma vegetação que inclui floresta de terra firme intercalada com Savanas, onde há presença dos Castanhais e seringais nativos, tendo assim uma capacidade natural para o extrativismo vegetal (ICMBIO, 2013). A reserva é dividida em três jurisdições: Alto, Médio e Baixo RESEX Cajari. No Alto Cajari, onde se realizou a pesquisa, a região é rica em Castanhais nativos, onde as famílias possuem as denominadas colocações, um espaço que possui uma concentração de espécies vegetais produtivas. Deste modo, a principal atividade econômica nesta região é o extrativismo vegetal da Castanha do Brasil, a agricultura e a pecuária são consideradas atividades complementares de subsistência. (Filocreão; Ribeiro, 2012)

MAPA 5 - Município de Laranjal do Jari



Fonte: Google Maps, 2024.

MAPA 6 – Reserva do Rio Cajari



Fonte: Esquerdo, Marques e Rangel, 2016.

7.4 MUNICÍPIO DE MAZAGÃO

Município de Mazagão, na região sul do Amapá, foi implantado oficialmente em 15 de novembro de 1915. Mas o município teve origem em 23 de janeiro de 1770, com a fundação de Mazagão Velho pela Coroa Portuguesa, para abrigar famílias vindas de Mazagão Africana, uma colônia portuguesa no Marrocos que foi desativada para ser transferida para o Brasil.

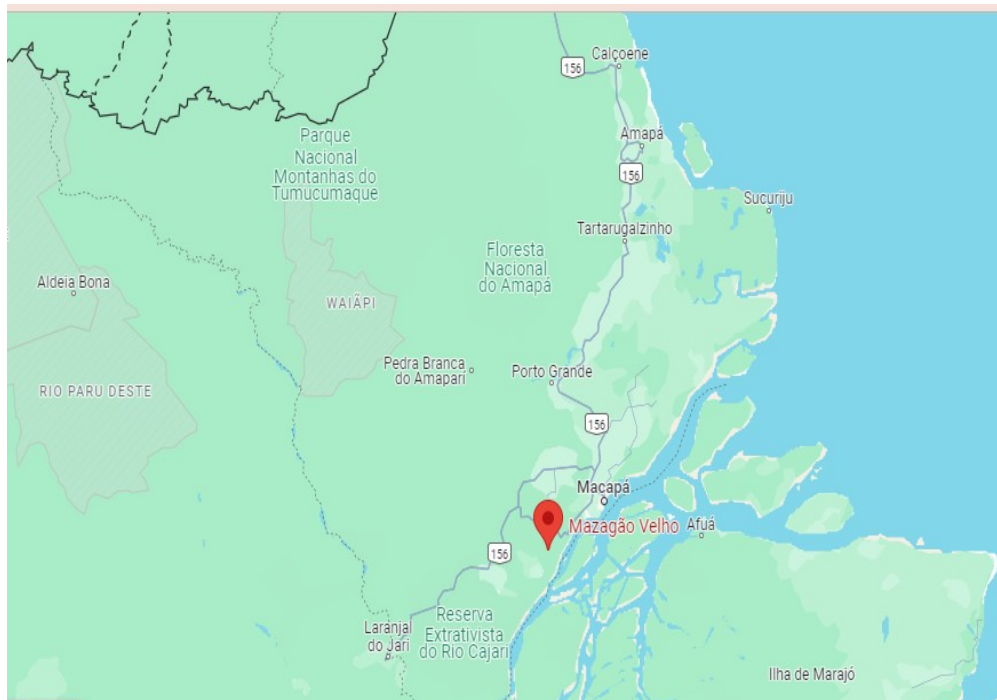
A sede do município, Mazagão Novo, fica a 31 quilômetros da capital, e concentra grande parte da população, estimada em 21.924 mil habitantes (IBGE,2022). Sua área é de 13.294,778 km² (IBGE,222). Faz limites com os municípios de Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal e Vitória do Jari. Região extrativista, com a cultura de castanha-do-Brasil, a extração de madeira para a fabricação do carvão e de móveis e, ainda, a extração do látex da seringueira.²

Mazagão Velho é um distrito do município de Mazagão, no interior do estado do Amapá. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sua população no ano de 2010 era de 7 598 habitantes, sendo 4 045 homens e 3 553 mulheres, possuindo um total de 2 157 domicílios particulares.

² . <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/mazagao>

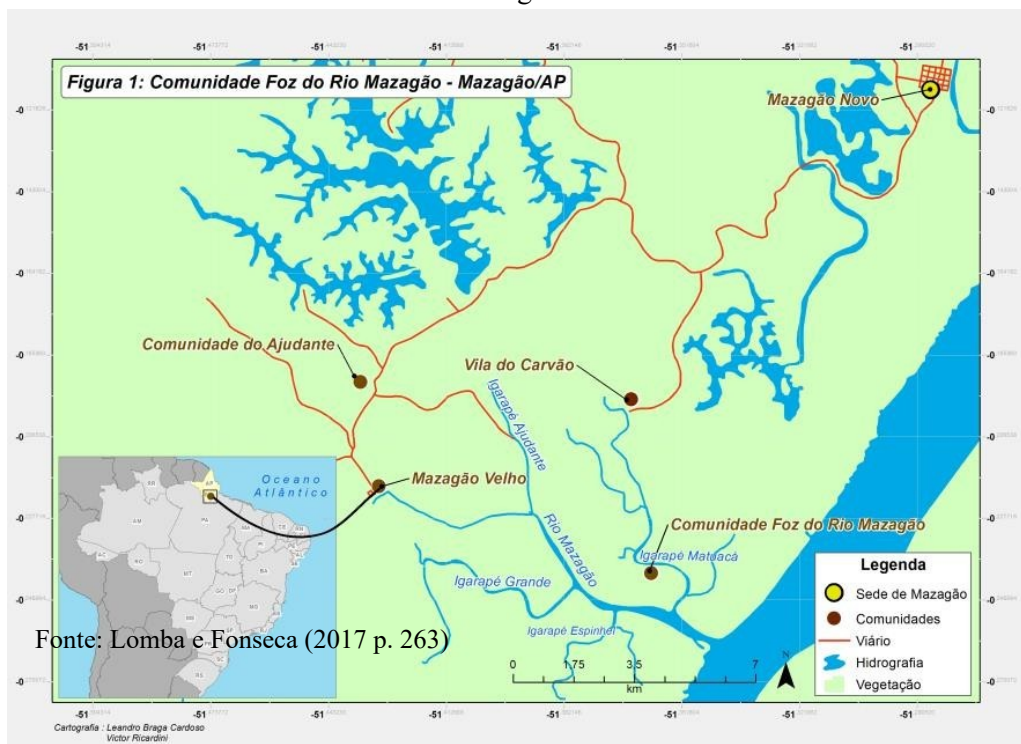
Localizado no distrito de Mazagão Velho, temos o assentamento PAE foz de Mazagão velho, que segundo relatório do INCRA foi criado em 16.07.20012, em uma área de 13835,2667 ha, possui 261 famílias assentadas. O local ocupa a área distribuída ao longo das duas margens do rio Mazagão e dos igarapés Espinhel, Mutuacá e Igarapé Grande (Lomba; Fonseca, 2017). No assentamento está localizada a Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativista da Foz do Rio Mazagão Velho.

MAPA 7 – Município de Mazagão



Fonte: Google maps, 2024.

MAPA 8: Comunidade Foz do Rio Mazagão–AP



Fonte: Lomba e Fonseca (2017 p. 263)

8 MÉTODOS E ABORDAGENS

O estudo realizado tratou-se de uma pesquisa qualitativa, visto que analisou como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local. O que permitiu a coleta de informações que caracterizaram a reflexão ao tema. Como método utilizado foi o materialismo histórico-dialético, que buscou relacionar a reflexão sobre as transformações sociais e econômicas no tempo e no espaço pela concepção de gênero, sustentabilidade, desenvolvimento e movimentos sociais inseridas na luta social, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para cumprir os objetivos estabelecidos nessa investigação utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental que permitiu coletar dados diretamente das mulheres envolvidas no protagonismo feminino. Foram realizadas atividades de campo como entrevistas semiestruturadas individuais e em grupos focais.

Para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações”. Para compreender a pluralidade das organizações sociais na zona rural do estado do Amapá demonstrou-se necessário estimular a participação das mulheres envolvidas, abrangendo a escutatória desde seus núcleos familiares, a comunidade e outras formas de associativismo.

Nesse sentido, Minayo (2008, p. 14) esclarece, também, sobre a conceituação de metodologia no âmbito da pesquisa, como sendo:

[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia incluiu simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade e sua sensibilidade). [...] Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.

A primeira seção da fundamentação teórica visou atender ao objetivo geral “Analisar, a partir dos movimentos sociais, do eco feminismo e da economia solidária, como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local. Identificando os fatores indutores dessas organizações, seus aliados e adversários na construção e na evolução do empoderamento feminino.

A partir do objetivo geral, definiu-se cinco objetivos específicos tratados em seções próprias, que foram “identificar as contribuições das mulheres na busca de reconhecer as habilidades, conhecimentos e experiências únicas que elas trazem e suas contribuições para a economia, meio ambiente, cultura, coesão social e outros aspectos do desenvolvimento local;

descrever como ocorre a igualdade de gênero buscando entender os obstáculos que as mulheres enfrentam no acesso a recursos, oportunidades e tomada de decisões nas ações que ampliem sua participação e influência; caracterizar como ocorre o fomento a sustentabilidade na busca por práticas mais sustentáveis e equitativas; verificar o impacto das ações e iniciativas lideradas por mulheres na melhoria das condições de vida da comunidade como um todo e analisar o protagonismo feminino no desenvolvimento local na busca de reconhecer, valorizar e promover o papel das mulheres como agentes de mudança e transformação nas suas comunidades.

A maneira de testar empiricamente as questões norteadoras deduzidas pela pesquisa foi a análise de discurso e prática; a análise das quatro associações chefiadas por mulheres envolvidas em ações coletivas nas comunidades em que interferem no desenvolvimento.

Dessa forma, utilizou-se uma abordagem de natureza básica e de objetivos exploratórios, sendo que o procedimento utilizado foi o estudo de caso, pois envolveu a análise detalhada de casos específicos de protagonismo feminino na zona rural no estado do Amapá. A pesquisa de estudo de caso foi utilizada, pois permitiu utilizar uma variedade de métodos de coleta de dados, incluindo entrevistas, observações e análise documental.

8.1 PRIMEIRA ETAPA: PESQUISA EXPLORATÓRIA E BIBLIOGRÁFICA

As entrevistas decorreram nos meses de novembro de 2023 a janeiro de 2024, após aprovação do comitê de ética em pesquisa (CEP), de acordo com o parecer 6.671.616, a pesquisa de campo foi exploratória, com 40 mulheres entrevistadas. Foram utilizados questionários semiestruturados com perguntas fechadas e abertas de modo a possibilitar uma contribuição mais ampla das mulheres, possibilitando capturar suas percepções.

As entrevistas foram realizadas principalmente nas sedes das associações e outros momentos na residência de algumas delas e foram de acordo com a disposição das associadas em poder atender. Importante destacar que algumas entrevistas foram feitas com as associadas e dirigentes das associações de forma individual e em grupo. As entrevistadas foram apresentadas ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que após aceite e assinatura, se iniciou a entrevista com suporte dos questionários.

As principais informações obtidas por meio de questionários se trataram sobre as

percepções de organização associativa, demandas coletivas e individuais, o envolvimento da comunidade, relações entre as associadas, comunidade e direção, emponderamento feminino, aliados e adversários, empreendedorismo e sustentabilidade.

Por meio de questões abertas, as mulheres tiveram a possibilidade de expressar suas opiniões e expectativas. E a partir destas análises foi possível identificar e refletir como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento de suas comunidades e de que forma essa condição impacta sua vivência.

Para melhor rendimento das entrevistas, recorreu-se a um caderno de anotação de campo, questionário estruturado, gravação de voz das participantes com uso de mídia digital, smartphone de uso pessoal e aplicativos para transcrição. Os depoimentos coletados por meio de questões abertas foram analisados, transcritos e analisados, sendo apresentados em capítulos.

8.2 SEGUNDA ETAPA: PESQUISA DE CAMPO

De acordo com Yin (2010), a análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombinar as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo.

A organização e análise dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas requereram um conjunto de etapas sistemáticas para garantir a validade, a confiabilidade e a profundidade da análise. O processo iniciou com a transcrição de todas as entrevistas de forma literal, capturando cada palavra dita pelas participantes. Isso incluiu as pausas, os risos e outras nuances verbais que poderiam fornecer contexto adicional. Em seguida, a revisão das transcrições para corrigir quaisquer erros e garantir que o texto refletisse com precisão as falas das participantes.

As informações foram organizadas em uma matriz de dados. Essa matriz ajudou a visualizar como diferentes temas se relacionam e a identificar padrões recorrentes. Com isso, a possibilidade de a análise de narrativa focar nas histórias que as participantes contaram e na forma como elas constroem suas identidades e experiências. E por fim, a contextualização dos dados dentro do quadro teórico e das questões de pesquisa. Para assim, relacionar os achados específicos com conceitos teóricos e debates mais amplos na literatura.

9 PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE

O protagonismo feminino na Amazônia se destaca como uma força transformadora e essencial para o desenvolvimento sustentável e a preservação da rica biodiversidade da região. As mulheres amazônicas, especialmente aquelas das comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas, têm desempenhado um papel crucial na defesa do meio ambiente, na promoção da justiça social e na manutenção das tradições culturais.

Essas mulheres são guardiãs dos conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis passadas de geração em geração. Elas possuem um entendimento profundo dos ecossistemas locais e utilizam este conhecimento para gerenciar os recursos naturais de maneira sustentável. Seja através da agroecologia, do extrativismo sustentável ou da preservação de sementes nativas, essas mulheres estão na linha de frente da luta contra o desmatamento e a degradação ambiental.

O empoderamento econômico delas tem sido uma estratégia fundamental para melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. Iniciativas de economia solidária, como cooperativas de produção e artesanato, permitem que as mulheres gerem renda de maneira sustentável, fortalecendo a economia local. Essas atividades não apenas proporcionam independência financeira, mas também promovem a autoestima e a liderança feminina nas comunidades.

Para tanto, essa pesquisa investigou quatro associações rurais compostas apenas por mulheres. A seguir, uma breve história de cada uma delas.

9.1 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EXTRATIVISTAS DO LIMÃO DO CURUÁ – AMELC

A comunidade do Limão do Curuá - que compõem o Arquipélago do Bailique, costa leste do Amapá vem ganhando destaque, no Estado, nos últimos anos, devido à extração artesanal de óleo de sementes de pracaxi (*Pentaclethra maculosa* Kuntze), realizada por, aproximadamente, 45 mulheres que se organizaram em uma associação. Esse óleo é um produto fitoterápico conhecido localmente por seu poder antiofídico e de cicatrização, e vem recebendo notoriedade nas indústrias de fármacos e cosméticos.

Essas mulheres se organizaram e fundaram em 2003 a Associação das Mulheres Extrativistas do Limão do Curuá – AMELC, esta é uma associação composta somente por mulheres, que trabalham na coleta e extração de óleo de pracaxi. Elas mudaram suas realidades, pois se tornaram fundamentais no desenvolvimento daquele lugar e passaram a ser a principal fonte de renda para sustentar suas famílias. Como algumas atividades de uso da biodiversidade na Amazônia são culturalmente desenvolvidas por elas, como a extração artesanal de óleos de sementes florestais.

O processo começa pela coleta das sementes no rio, descascamento, secagem das sementes no sol, trituração das sementes (em liquidificador ou em máquina de tritar). A etapa de prensagem das sementes trituradas é realizada com a utilização de uma prensa de madeira, o que permite o escoamento do óleo. Esta é uma adaptação ao tradicional modo de se extrair o óleo, o que potencializa a produção.

Após a extração do óleo de pracaxi, ele é embalado em garrafas de vidro escuras de 300 ml e comercializado para empresas de grande e médio porte instaladas em Macapá e outra quantidade é exportada. Não é comum encontrar o produto em prateleiras de supermercados ou pequenos comércios na capital.

Suas principais bandeiras de luta são o empoderamento feminino e a infraestrutura básica para a comunidade (energia 24h, água tratada, escolas, atendimento de saúde). Cabe ressaltar que essa atividade tem potencial de crescimento e pode se consolidar, como um dos principais empreendimentos femininos do Arquipélago do Bailique, potencializando a economia da biodiversidade da Amazônia. O processo artesanal, tradicionalmente desenvolvido por mulheres, favorece a relação entre elas e a biodiversidade da Amazônia.

Segue abaixo quadro com as principais referências feitas às entrevistadas na pesquisa de campo realizada com a AMELC.

Quadro 1: perfil social das entrevistadas – AMELC

Informações	Respostas
Idade	28 a 65 anos
Escolaridade	Varia entre ensino fundamental e superior entre as mulheres entrevistadas.
Profissão/ocupação	agricultoras e extrativistas
Principais problemas enfrentados pela associação	Falta espaço (local) físico adequado, maquinários e equipamentos modernos e industriais.
Principal atividade econômica da associação	Extração, produção e comercialização do óleo de pracaxi
Motivo de ter se associado	Independência econômica, ter uma atividade laboral
Aliados	EMBRAPA, INOVA manejo , IEB, SEBRAE
Adversários	Pessoas não associadas; machismo; preconceito

Fonte: elaborado pela autora,2024.

Fotografia 1: Sementes de Pracaxi (*Pentaclethra macroloba* Kuntze)

Fonte: AMELC, 2023.

Fotografia 2 : Coleta de sementes



Fonte: AMELC, 2022.

Fotografia 3 – Lavagem das sementes de pracaxi.



Fonte: AMELC, 2022.

Fotografia 4 – Sementes de pracaxi em processo de secagem na estufa.



Fonte: AMELC, 2022.

Fotografia 5 - Beneficiamento do óleo de pracaxi (azeite)



Fonte: AMELC, 2022.

9.2 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EXTRATIVISTAS SEMENTES DO ARAGUARI

Seguiu-se para contar uma parte da história da Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari. No Alto Araguari, no município de Porto Grande, um grupo de 43 mulheres faz uso sustentável dos recursos naturais, produzindo biocosméticos, garantindo renda e qualidade de vida para várias famílias. Fundada em 2019, elas atuam na coleta de sementes de andiroba e pracaxi, além da extração de óleos para o beneficiamento de cremes e sabonetes. A associação é composta por 43 mulheres associadas e conta com uma rede de apoio de seis homens. Da coleta ao beneficiamento de extratos, o processo ocorre em um ciclo de chuvas e cheias. Ao passar pelo processamento de coleta e após a prensa das sementes, é realizada a mistura dos materiais, que são levados ao fogo, colocados em formas, depois congelados, embalados e acondicionados em baquetas, nos barcos, para transporte. As principais bandeiras de luta são a defesa do extrativismo e empoderamento feminino.

Pode-se dizer que a Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari é resultado de anos de luta das moradoras, que passaram por período de instabilidade financeira após a extinção de um garimpo que operava desde 1974 no local. O encerramento da atividade, em 2009, gerou um impacto socioeconômico imediato na realidade daquelas famílias.

Fernanda Brandão, analista ambiental do ICMBio, esclareceu que o fechamento do garimpo Capivara provocou um hiato na vida das famílias, que precisaram se readaptar. “Nosso intuito, como órgão responsável pelo fim da prática ilegal, era o de apresentar outras possibilidades para que a comunidade pudesse decidir, dentro do seu território, o que tem valor e o que deve ser cuidado,” afirma. Na busca por alternativas, mães, tias e avós do lugar conceberam a ideia de produzir biocosméticos a partir da matéria-prima extraída das matas. Semente e plantas como andiroba, pracaxi, breu-branco, copaíba e fava são utilizadas na fabricação de sabonetes, pomadas, óleos in natura e velas repelentes. Segundo as associadas, só de sabonetes elas produzem cerca de mil por mês.³

Quadro 2: Perfil social das entrevistadas – SEMENTES DO ARAGUARI

Informações	Respostas
Idade	25 a 60 anos
Escolaridade	Foram entrevistadas 6 mulheres - entre ensino fundamental e médio.
Profissão/ocupação	Extrativistas
Principais problemas enfrentados pela associação	Ausência do poder público (Estado e prefeitura) na comunidade.
Principal atividade econômica da associação	Comercialização de biocosméticos - andiroba, pracaxi, breu-branco, copaíba e fava são utilizados na fabricação de sabonetes, pomadas, óleos in natura e velas repelentes
Motivo de ter se associado	Buscar direitos, melhorias para a comunidade, renda própria.
Aliados	IEPÊ, EMBRAPA, IEPA, ICMBIO e a comunidade
Adversários	Ausência de políticas públicas,

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

³<https://brasil.mongabay.com/2021/11/no-amapa-mulheres-encontram-na-producao-de-biocosmeticos-uma-alternativa-ao-garimpo/> acesso 12.07.2024

Figura 6 – Logmarca da Associação Sementes do Araguari



Fonte: Associação Sementes do Araguari, 2021.

Fotografia 7 – Linha de produtos da Sementes do Araguari.



Foto: Associação Sementes do Araguari, 2020.

Fotografia 8 – Curso de qualificação das Associadas.



Fonte: Associação Sementes do Araguari, 2023.

9.3 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO ALTO CAJARI - AMAC

Criada em 2004, a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari/AMAC localizada na zona rural do município de Laranjal do Jari na comunidade de Água Branca na Reserva Extrativista do Rio Cajari, possui aproximadamente 180 associadas, foi criada visando gerar renda e emprego às associadas, que atualmente trabalham com o beneficiamento da castanha do Brasil, produzem coletivamente biscoitos, paçoca, bombons e doces da castanha, os produtos alimentícios são vendidos acompanhado de alguns produtos de atividades agrícolas coletados por elas como: batata-doce, cará-roxo, laranja, banana e a castanha-do-brasil, descascadas e com cascas. Suas principais bandeiras de luta são por garantia de direitos para as mulheres, por reconhecimento e melhoria de infraestrutura para a comunidade.

Para Santos (2021), a partir de 2009, as mulheres da AMAC destinavam suas atividades à produção dos biscoitos e doces de Castanha-do-Brasil, que passam a ser

produzidos em escala crescente. A AMAC encontra no beneficiamento da castanha uma alternativa que se enquadra na realidade e na necessidade local. A partir de então, a AMAC passa a participar de editais do Governo do Estado do Amapá, viabilizando a transformação do lugar de reuniões, que antes funcionava de forma precária, em uma cozinha industrial comunitária, com espaço adequado para escritório.

A AMAC nasceu da necessidade, segundo seu estatuto, de pautar a preservação e o equilíbrio dos recursos naturais e de seus ecossistemas, no intuito de garantir às populações tradicionais a exploração sustentável para alcançar um equilíbrio ecológico. Mas, para além dessa pauta, a Associação surgiu da motivação de gerar renda, criar um suporte econômico que pudesse ajudar a combater a pobreza e a exclusão naquele lugar. Elas encontram no beneficiamento da castanha uma alternativa que se enquadra na realidade e necessidade local. Hoje, elas atuam como agentes de mudança, enfrentam desafios e criam alternativas sustentáveis e inclusivas para suas comunidades.

Ribeiro e Filocreão (2013, p.7-8) analisaram as transformações ocorridas na RESEX do Cajari e descreveram a realidade dessas mulheres. A Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC) foi fundada em 8 de maio de 2004 por um grupo de 35 mulheres, tendo Zenilda Batista como sua primeira presidente. Em 2006, a associação já englobava nove das treze comunidades localizadas no alto da Reserva Extrativista do Cajari. Inicialmente, a AMAC propôs dois projetos principais: a confecção de roupas e a produção de bijuterias utilizando matéria-prima proveniente da natureza. Contudo, essas iniciativas não receberam aceitação significativa por parte das associadas. Apesar das dificuldades iniciais, a AMAC conseguiu conquistar importantes recursos, como cinco máquinas de costura e uma pequena casa, herdada de uma associação anterior. No entanto, após alguns anos de inatividade, a organização, que parecia inicialmente modesta, começou a ganhar nova relevância. Em 2009, observou-se um aumento na conscientização entre as mulheres sobre a importância de fortalecer a associação. Esse movimento resultou na formação de chapas para disputar a diretoria da AMAC. O processo eleitoral foi marcado por conflitos, intensificando uma rivalidade entre dois grupos internos. Após a posse da nova diretoria, iniciou-se uma gestão focada na busca de alternativas econômicas para beneficiar as sócias.

Diante desse contexto, a produção individual de biscoitos à base de castanha-do-Brasil, já presente na região, surgiu como uma oportunidade econômica promissora. Esse cenário marcou uma nova fase para a AMAC, que começou a redirecionar suas estratégias e ações para atender às necessidades das mulheres da comunidade e promover seu desenvolvimento social e econômico.

Assim, a AMAC encontra no beneficiamento da castanha uma alternativa socioambiental que se enquadra na realidade e na necessidade local. A partir disso, pode-se inferir que a nova proposta se relacione com o contexto cultural em que essas mulheres estão inseridas, no caso, em um processo histórico e cultural do extrativismo da castanha. Neste sentido, a AMAC participa de alguns editais do governo do Estado do Amapá, onde através deles foi possível transformar o antigo lugar de reuniões em uma cozinha industrial (fotografia 9) comunitária, com espaço para escritório.

Fotografia 9 – Cozinha industrial comunitária AMAC/2012.



a)Uniformizadas para o trabalho; b)modelagem dos biscoitos; c)Assando o biscoito; d) Embalando e lacrando; e) Embalado para entrega. Fonte: Projeto Movimentos Sociais CNPQ/2010. (Ribeiro; Filocreão, 2013)

De acordo com Ribeiro e Filocreão (2013) a cozinha comunitária foi uma grande conquista para as castanheiras, representou a confirmação de que a organização estava galgando um espaço importante na melhoria de vida dessas mulheres e de suas famílias. Diante disso, através da AMAC um grupo de associadas teve acesso ao crédito rural do INCRA e programa Apoio Mulher, que possibilitou a construção de uma feira popular na comunidade de Água Branca do Cajari à margem da BR 156, onde as mulheres vendem diariamente suas produções individuais de biscoito, paçoca e doce todos derivados da castanha, além da banana frita.

Fotografia 10 - Feira Popular Comunitária AMAC, 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Fotografia 11 – Fachada externa da cozinha comunitária da AMAC



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Fotografia 12 – Área interna da cozinha comunitária da AMAC



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Fotografia 13 – [Area interna da cozinha comunitária da AMAC, 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Fotografia 14 – As associadas da AMAC, 2023.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

O trabalho das sócias da AMAC começa dentro da floresta, fazem a coleta da castanha, quebrando o ouriço e colocando dentro do peneiro, levam para casa, lavam e colocam para enxugar. Assim cada mulher traz para a cozinha da AMAC uma quantidade já estabelecida da castanha, além de outros ingredientes como açúcar, manteiga e farinha de trigo são comprados coletivamente pelo grupo onde é somado o valor total da compra e dividido, e o dinheiro para pagar esse valor vem do trabalho familiar na roça, no castanhal ou de suas economias. (Ribeiro; Filocreão, 2013)

Na cozinha da AMAC o trabalho é otimizado, as mulheres se dividem em grupos menores e revezam a utilização da cozinha durante as semanas e os meses de produção. Elas

chegam à cozinha da AMAC às 07h00min da manhã e saem às 17h00min da tarde, produzem biscoitos, paçoca e bombom de castanha. No entanto, com a pandemia de COVID 19 em 2020, a cozinha comunitária foi fechada. As mulheres tiveram que improvisar e garantir renda durante esse período. Então, fabricavam os biscoitos em suas cozinhas e vendiam na frente de suas residências. O trabalho era de forma individual. Em 2022, elas não conseguiram voltar a produzir na cozinha comunitária porque a mesma já estava deteriorada e ocupada por animais peçonhentos e sem condições de uso. Em 2024, a AMAC conseguiu alocar uma residência para servir provisoriamente de cozinha comunitária para que fosse possível voltar a fabricar os biscoitos de forma coletiva.

Quadro 3: Perfil social das entrevistadas – AMAC

Informações	Respostas
Idade	25 a 63 anos
Escolaridade	Foram entrevistadas 11 mulheres - com ensino fundamental, médio e superior.
Profissão/ocupação	agricultoras e extrativistas
Principais problemas enfrentados pela associação	Falta de energia na comunidade; pessoa qualificada para elaborar projetos; falta infraestrutura administrativa.
Principal atividade econômica da associação	Produção e comercialização de biscoitos, bombons artesanais, paçocas, doces, bolos e pão de castanha-do-brasil.
Motivo de ter se associado	Ter Renda, Independência financeira. Busca de um trabalho.
Aliados	CONAB, IEB, Prefeitura de Laranjal do Jari, Governo do Estado Amapá, Governo Federal (INCRA, RURAP, UNIFAP)
Adversários	Membros da comunidade, machismo e preconceito

9.4 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES PRODUTORAS AGROEXTRATIVISTA DA FOZ DO RIO MAZAGÃO VELHO - AMPAFOZ

Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho/AMPAFOZ, localizada no assentamento PAE foz de Mazagão Velho (município de Mazagão), foi fundada no ano de 2002. Hoje, possui em seu quadro associativo 300 sócias, é uma organização socioprodutiva, pois cultivam, coletam e comercializam produtos de suas roças de cacau, açaí, banana, da pesca do camarão, coleta e extração de óleo de pracaxi e andiroba. Atuante no assentamento é composto por seis comunidades.

Suas principais bandeiras de luta são por uma escola de ensino médio no assentamento, uma unidade de saúde, o fortalecimento da agricultura familiar, construção de um mercado para escoar a produção, uma cozinha coletiva industrial para as associadas e um selo próprio para os produtos fabricados pela entidade.

A AMPAFOZ surgiu de uma roda de conversa entre algumas mulheres agricultoras/extrativistas que tinham a necessidade de escoar sua produção, vender tudo aquilo que era produzindo em suas roças, pois colhiam e tinham grande dificuldade de comercializar seus produtos devido à grande quantidade de atravessadores que existia na região e que controlavam o mercado interno. No mesmo período, o interesse foi crescendo até elas participarem de um encontro de associações na comunidade do Maracá e, após este encontro, elas se sentiram motivadas a criar a associação somente para mulheres, que desde 2002 até hoje já são 300 mulheres associadas.

Lomba e Fonseca (2017, p. 269) relatam a importância do surgimento da associação no assentamento Foz de Mazagão velho:

A associação das mulheres recebe apoio das pastorais e ajuda as mulheres sobre formas preventivas de gravidez, doenças, alimentação de recém-nascidos com a doação de suprimento alimentar, realização de cursos sobre hábitos de higiene, culinária, artesanato e para a produção sustentável do açaí e camarão, entre outros. Sobre o fato de os ribeirinhos terem se organizado socialmente, podemos afirmar que o surgimento das associações contribuiu para a melhoria na qualidade de vida dos moradores, inserção das mulheres na atividade extrativista do camarão e aquisição de bens materiais e ferramentas para o desenvolvimento das atividades econômicas (Lomba;Fonseca, 2017, P. 269).

A AMPAFOZ por meio de parcerias promoveu a inserção das associadas na atividade extrativista, de modo que elas tivessem acesso à renda obtida com a venda do produto. Para isso, alcançaram financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente para a construção de

uma sede e realização de cursos sobre práticas na produção. As mulheres fizeram cursos diversos para aumentar a produtividade e agora ajudam a complementar a renda familiar.

Fotografia 15 – As associadas da AMPAFOZ



Fonte: AMPAFOZ, 2024.

Quadro 4: perfil social das entrevistadas – AMPAFOZ

Informações	Respostas
Idade	25 a 58 anos
Escolaridade	Foram entrevistadas 6 mulheres - com ensino fundamental e médio
Profissão/ocupação	agricultoras
Principais problemas enfrentados pela associação	Falta de estrutura para a sede; falta de apoio do poder público
Principal atividade econômica da associação	Comercialização de produtos da floresta (agricultura familiar – cacau, açaí, banana, pesca de camarão) além de óleo de andiroba e pracaxi.
Motivo de ter se associado	Ter Renda, Independência financeira. Busca de um trabalho e melhoria para a comunidade.
Aliados	CONAB, IEB, CUFA, ONG internacional, Governo Federal (EMBRAPA)
Adversários	Discriminação pelo fato de ser mulher, machismo e preconceito

Fonte: elaborado pela autora 2024

Fotografia 16 – As associadas da AMPAFOZ realizando a entrega de produtos para a CONAB



Fonte: AMPAFOZ, 2024.

Fotografia 17 – As associadas da AMPAFOZ no manejo do açaí.



Fonte: AMPAFOZ, 2024.

Fotografia 18 – Assembleia geral das associadas da AMPAFOZ



Fonte: AMPAFOZ, 2024.

Essas associações foram escolhidas para que, através dos movimentos sociais, do ecofeminismo e da economia solidária fosse possível refletir sobre como o protagonismo feminino interfere no desenvolvimento local. Identificando os fatores indutores dessas organizações, seus aliados e adversários na construção e na evolução do empoderamento feminino.

Foi sobre essas mulheres da Amazônia amapaense que esta pesquisa se debruçou para responder sobre as seguintes perguntas norteadoras: 1. Como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local? 2. Como o ecofeminismo e a economia solidária têm se manifestado no desenvolvimento local? E 3. Quais são seus aliados e adversários para exercerem esse protagonismo?

Nessas comunidades foram analisadas como as mulheres estão desempenhando um papel importante no desenvolvimento local, no empoderamento econômico, na tomada de decisões, na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento das comunidades, nos quais se aprofundou a compreensão sobre suas práticas, impactos e desafios.

10 INTERPRETAÇÃO DOS ACHADOS

10.1 EMPODERAMENTO FEMININO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para reconhecer as habilidades e as experiências únicas que essas mulheres trazem para o desenvolvimento local, é necessário considerar vários quesitos identificados durante a pesquisa. Para Charlier e Ryckmans (2003), as pesquisas feministas destacam que o acesso, o controle e a utilização dos recursos variam em função do gênero e das sociedades.

Foi possível constatar que essas mulheres quando associadas, organizadas e focadas mesmo sem perceberem contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento local, pois apresentam liderança comunitária, disposição para o empreendedorismo, promovem educação e capacitação, saúde e bem-estar, conservação ambiental, equidade de gênero, como também fortalecimento de redes de apoio além de resiliência e adaptação.

Conforme demonstrado no estudo de Gohn (2004) sobre movimentos sociais que reforça essa análise:

[...] os movimentos sociais são ações coletivas de grupos organizados que buscam promover mudanças sociais, políticas e culturais. Esses movimentos são compostos por atores sociais que se unem em torno de demandas e objetivos comuns... Elas assumiram papéis de liderança nas associações, e suas lideranças trazem perspectivas inclusivas e foco no bem-estar da comunidade como um todo (Gohn, 2004, p. 63).

A análise realizada por Charlier e Ryckmans (2003) demonstra que as associações de mulheres se envolvem, ao nível social e comunitário. Elas se engajam em grupos de autoajuda, no apoio social e afetivo, e realizam todo tipo de tarefa comunitária e econômica. Nesse sentido, essas mulheres pesquisadas se tornaram empreendedoras e começaram a gerir negócios locais que contribuem de forma decisiva para a economia local. Com isso, atendem às necessidades da comunidade, melhorando as oportunidades de vida para todas.

Nesse contexto, a economia solidária surge como uma aliada para essas mulheres. A forma de gestão da política de economia solidária tem viabilizado contribuições no processo de empoderamento delas. Pois desempenham um papel crucial na gestão e conservação dos recursos naturais, liderando iniciativas de agricultura sustentável, reflorestamento e promovendo a sustentabilidade ambiental. A partir da visão de Singer (2022) pode-se reforçar a análise que na economia solidária o objetivo principal não é maximizar o lucro, mas sim promover o bem-estar social e econômico das pessoas envolvidas, valorizando o trabalho coletivo e a colaboração, o qual foi identificado nas associações pesquisadas.

O ecofeminismo reconhece que essas mulheres, especialmente essas em comunidades tradicionais e agroextrativistas, possuem um conhecimento ancestral sobre a natureza, transmitido de geração em geração. Esse saber não apenas garante a sobrevivência das famílias, mas também promove práticas sustentáveis de manejo dos recursos, como o extrativismo de sementes e óleos e a agricultura familiar da floresta. Essas atividades não apenas preservam o meio ambiente, mas também fortalecem a autonomia econômica feminina, criando alternativas ao modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva da terra.

A atuação das mulheres na Amazônia reflete os princípios do ecofeminismo ao mostrar que a luta por um futuro sustentável deve incluir a equidade de gênero e o respeito aos saberes tradicionais.

Identificou-se que a economia solidária promove a autonomia econômica das mulheres através das associações pois geram renda de forma sustentável. Confirma-se que o desenvolvimento de iniciativas comunitárias que valorizam a produção local e a sustentabilidade ambiental promovem a economia solidária como um modelo alternativo ao capitalismo.

Ao lutar por direitos iguais e oportunidades justas, estão a promover a equidade de gênero na comunidade. Isso inclui a defesa de políticas que beneficiem mulheres e meninas, e a promoção de um ambiente onde todas tenham as mesmas chances de sucesso. Nas associações existe um número expressivo de associadas jovens (entre 16 e 25). Elas podem

promovem práticas de saúde preventiva, cuidados maternos e infantis, e iniciativas de saneamento e higiene.

No fortalecimento de redes de apoio constroem apoio comunitário, como acontece nas associações pesquisadas. Essas redes são essenciais para o apoio econômico, social e as vezes até emocional. Quando elas lideram conseguem aumentar a resiliência da comunidade frente a desafios de crises econômicas. Como ocorreu em Porto Grande na comunidade do Alto Araguari onde ali existia um garimpo que foi desativado. Elas criaram uma solução inovadora para aquele lugar e para enfrentar essas adversidades fundaram a Associação de Mulheres Sementes do Araguari.

Assim como ocorreu na AMPAFOZ que enxergaram na cadeia produtiva do açaí uma possibilidade de renda, surgiu a ideia de criar uma forma associativa ...“uma organização para vender os produtos de forma organizada para escoamento de produção... a gente produzia mas não tinha pra quem vender”... (atual presidente da AMPAFOZ) . Ao desempenhar esses papéis, as mulheres contribuem significativamente para o desenvolvimento local de suas comunidades, promovendo um ambiente mais justo, equitativo e sustentável. Suas contribuições ajudam a construir sociedades mais resilientes e prósperas onde todas têm oportunidades.

Verificou-se nesse estudo que essas formas associativas têm sido benéficas para as mulheres, uma vez que restou clara a satisfação das entrevistadas com os resultados da associação e do modelo de empreendimento, pois viabiliza não apenas o custeio das despesas (que são significativas, em função do padrão organizacional), mas ainda a sobra de recursos para fins pessoais diversos. Conforme relato de uma associada: “hoje mudou muito a realidade de muitas famílias, nós mulheres temos o papel fundamental dentro de nossas casas não apenas como mães e donas de casa, mas sim geramos renda para nossas famílias, hoje conseguimos dar uma moradia, alimentação e estudos melhor para nossos filhos.” (Atual Presidente da AMELC)

Essas formas de organização social representam a viabilidade da economia solidária no Estado do Amapá, por meio da valorização dos saberes, do incentivo à cooperação, da preocupação e respeito com o meio ambiente, e ainda da possibilidade de autogestão por comunidades tradicionais/extrativistas.

10.2 IGUALDADE DE GÊNERO: OBSTÁCULOS E ESTÍMULOS

Nessa pesquisa, foi possível identificar que há uma grande dificuldade em estabelecer igualdade de gênero quando elas são lideranças. Os obstáculos que as mulheres enfrentam no

acesso a recursos, oportunidades e tomada de decisões nas ações que ampliem sua participação e influência são enormes. A igualdade de gênero, quando se trata de oportunidades, é um processo complexo e multifacetado que busca eliminar as barreiras estruturais e sociais que impedem a plena participação e influência das mulheres na sociedade.

No entanto, mesmo elas liderando, coordenando, construindo e gerando renda coletivamente, ainda enfrentam o machismo e a discriminação em suas comunidades, “como se trata de uma mulher para estar na representatividade, incomoda os homens machistas da nossa comunidade” (Associada da AMPAFOZ).

As percepções sobre o machismo em nossa sociedade variam de acordo com fatores como contexto social, histórico, cultural e até mesmo experiências individuais. Nessas comunidades, há o reconhecimento do machismo como estrutural e profundamente enraizado, o qual se manifesta em desigualdades de gênero no mercado de trabalho e principalmente na divisão do trabalho doméstico. Outra percepção comum é a defesa de comportamentos machistas sob o argumento de que fazem parte da tradição, dos valores familiares ou religiosos. Isso pode justificar desigualdades e impedir avanços na equidade de gênero.

Cabe ressaltar que, com o avanço das discussões sobre gênero, cresce a percepção de que o machismo precisa ser combatido por meio da educação, de políticas públicas e da participação ativa da sociedade, incluindo a atuação de homens como aliados na desconstrução de privilégios.

A análise realizada por Beauvoir (1949) demonstra que a verdadeira emancipação das mulheres só pode ser alcançada quando elas têm a liberdade de definir suas próprias vidas e destinos, livres das restrições impostas pelo patriarcado. Ela defende a importância da independência econômica, da igualdade de oportunidades e da capacidade das mulheres de fazer escolhas autônomas sobre suas vidas. No entanto, muitas associadas, quando conseguem alcançar a independência econômica, investem seus recursos na educação de seus filhos, muitas das vezes deslocando-os para a capital para terem acesso a uma educação superior e assim garantir que tenham igual acesso à educação em todos os níveis.

Elas participam de capacitação profissional dentro de suas comunidades, buscam parceiros para realizarem programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades que contribuem com formação e ferramentas necessárias para qualificar seu trabalho (práticas de manejo de açaí de castanha, acidez de óleos) além de apoio ao empreendedorismo feminino são essenciais, “através da associação a gente consegue parceiros, a gente consegue levar, buscar conhecimento fora e trazer para dentro da nossa comunidade...” (atual presidente

Sementes do Araguari)

Através das associações, tiveram acesso ao crédito e financiamento, o que facilitou o acesso dessas mulheres (junto da associação) a recursos financeiros, como empréstimos, microcréditos e investimentos. Reforçando o apoio a iniciativas econômicas locais, gerando renda, contribui para o combate à violência de gênero e tirando aquelas mulheres da vulnerabilidade social.

Essas iniciativas provocam uma mudança de normas sociais e culturais, pois essas práticas sensibilizam e promovem a igualdade de gênero, desafiando estereótipos e preconceitos. Na expectativa de engajamento de incluir homens e meninos nos esforços para promover a igualdade de gênero, incentivando-os a serem aliados e defensores da causa com elas. Somando-se a isso as iniciativas de empoderamento econômico de entidades e órgãos federais que oferecem microcréditos especificamente para mulheres, ajudando-as a iniciar e expandir seus próprios negócios. Temos como exemplo a feira popular comunitária na comunidade de Água Branca do Cajari, que foi uma iniciativa das associadas junto ao INCRA para fornecer um espaço adequado para a comercialização.

Promover a igualdade de gênero no acesso a recursos e oportunidades é crucial não apenas para a justiça social, mas também para o desenvolvimento sustentável, “com a nossa associação, com a nossa organização organizada, a gente consegue dizer para as pessoas que a gente está aqui, a gente vive aqui, a gente precisa ser ajudada” (associada da Sementes do Araguari).

10.3 MULHERES E MEIO AMBIENTE: NA BUSCA POR PRÁTICAS MAIS SUSTENTÁVEIS E EQUITATIVAS.

A pesquisa constatou que existem dois momentos na vida dessas mulheres, o antes e depois da Associação. As práticas de fomento à sustentabilidade são um processo que envolve a criação e a implementação de práticas que promovem o desenvolvimento econômico, social e ambiental de maneira equilibrada e justa. As mulheres das associações pesquisadas estão em posições de liderança e desempenham um papel importante na promoção de práticas sustentáveis e equitativas. Talvez sem perceberem, elas apresentam algumas características que fomentam essas práticas.

Quando se mobilizaram em busca de programas de capacitação e ofereceram treinamentos sobre práticas agrícolas sustentáveis, conservação de recursos naturais, agricultura sustentável, manejo de resíduos assim como educação ambiental com o intuito de

umentar a consciência sobre a importância da sustentabilidade elas demonstram empoderamento feminino nas suas comunidades. Sem distinguir, já fazem sistemas agroflorestais e combinam agricultura e florestas, proporcionando benefícios ambientais e econômicos.

O impacto das ações e iniciativas lideradas por mulheres na melhoria das condições de vida da comunidade como um todo são significativos, como trabalhos sociais, parcerias com instituições e projetos implementados e custeados por esses órgãos. Contudo, organizações sociais desempenham um papel fundamental na luta pela ampliação dos direitos das mulheres, pois criam espaços para a articulação de demandas, o fortalecimento de identidades coletivas e a construção de estratégias comuns de resistência. Historicamente, movimentos sociais feministas foram cruciais na denúncia de desigualdades e na promoção de mudanças legislativas e culturais.

Por meio da mobilização coletiva, as mulheres conseguiram transformar discursos hegemônicos, questionar normas sociais enraizadas e conquistar avanços importantes, como o direito ao voto, a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e a proteção contra a violência de gênero.

Além disso, a organização social possibilita a formação de redes de apoio e a disseminação de conhecimento, o que fortalece a capacidade das mulheres de se posicionarem e exigirem seus direitos em diferentes contextos. Essas redes não apenas fomentam o intercâmbio de experiências, mas também incentivam a adoção de uma abordagem interseccional, que reconhece a complexidade das múltiplas identidades e desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Dessa forma, a organização social não é apenas um instrumento de mobilização política, mas também um catalisador de transformações culturais que contribuem para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

10.4 PROTAGONISMO FEMININO: ALIADOS E ADVERSÁRIOS

Refletiu-se como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local na busca de reconhecer, valorizar e promover o papel das mulheres como agentes de mudança e transformação nas suas comunidades. Isso envolveu observar diversas dimensões e áreas em que elas atuam como agentes de mudança e transformação.

Nessa pesquisa, pode-se comprovar que essas mulheres, em todos os seus engajamentos, têm aliados que trazem recursos adicionais, conhecimentos e habilidades que complementam e fortificam suas organizações sociais. Esses aliados reduzem a sensação de

isolamento, proporcionando uma sensação de pertencimento em suas comunidades. E comprovam que o alcance e o impacto das suas ações são ampliados.

Contudo, relacionaram-se os aliados destacados pelas entrevistadas. Em primeiro lugar, a comunidade, em seguida os órgãos institucionais do Governo Federal (EMBRAPA, BANCO DO BRASIL, INCRA, ICMBIO), além de organizações como o IEPÊ e o SEBRAE.

Outro aliado importante nesse processo é o reconhecimento da comunidade pelo desempenho da associação de mulheres, pois é prova concreta do sucesso dessas iniciativas. As associações de mulheres, ao se destacarem em suas atividades, ganham respeito e admiração de seus companheiros e companheiras. Este reconhecimento não apenas valida o esforço e a dedicação das mulheres envolvidas, mas também serve como inspiração para que mais mulheres se juntem à causa, ampliando ainda mais o impacto positivo em suas comunidades.

Aliados como Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais têm demonstrado interesse em apoiar projetos de associações femininas que buscam no desenvolvimento sustentável renda, respeito e direitos sociais. São aliados importantes que vêm se consolidando nos últimos anos. Além de parcerias com instituições acadêmicas e pesquisadores que documentam e promovem o protagonismo feminino amapaense.

De certa forma, impulsiona a visibilidade, o aprimoramento de seus produtos e o empoderamento feminino, transformando esses locais, promovendo igualdade social e conquistando o merecido reconhecimento da comunidade pelo desempenho das associações de mulheres. Esta dinâmica positiva demonstra que a inclusão e valorização coletiva das mulheres no desenvolvimento local são fundamentais para o progresso com sustentabilidade. As ações das mulheres não apenas melhoram suas próprias vidas, mas também promovem uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades dentro das comunidades.

Sobre os adversários desse protagonismo identificou-se o machismo que lamentavelmente segue em nossa sociedade patriarcal, elas ainda escutam comentários de alguns homens de que aquela organização não “é coisa de mulher”. Outro adversário em comum são as empresas de mineração, agronegócio e madeireiras que buscam explorar os recursos naturais dessas comunidades e que frequentemente entram em conflito com os movimentos de mulheres. Outro adversário é a falta de estrutura na ausência do poder público (estradas pavimentadas, unidades de saúde, escolas, energia elétrica 24h, transporte para escoamento da produção). Outros adversários que sempre estão presentes nas comunidades são os interesses políticos e econômicos, políticos e elites locais que se beneficiam da exploração desenfreada dos recursos naturais.

No entanto, cada associação surgiu de um contexto histórico diferente, mas o objetivo era o mesmo, criar condições básicas de vida e garantir meios de subsistência para cada uma dessas mulheres e suas famílias. Sobre a AMAC no Laranjal do Jari que passou a ser uma organização importante para o fortalecimento do protagonismo feminino no agroextrativismo na região do Alto Cajari na RESEX, essas mulheres atuam em práticas sustentáveis de extração e manejo de recursos naturais, que contribuem para preservação ambiental e a geração de renda local. As atividades da associação envolvem geralmente o cultivo e a extração de produtos típicos da Amazônia, como castanha, batata-doce, banana, cará e outros recursos florestais. Elas conseguem promover capacitações para as associadas e parcerias que incentivam a autonomia das mulheres, muitas vezes enfrentando desafios para garantir melhores condições de trabalho, acesso ao mercado e a preservação do meio ambiente.

A AMAC representa uma mudança importante na dinâmica comunitária, atua com o reconhecimento do papel das mulheres na preservação ambiental e na economia familiar. Em uma região onde os recursos naturais são vitais para a subsistência, a associação coloca as mulheres no centro das iniciativas de conservação, criando alternativas sustentáveis para a extração de produtos da RESEX.

Para uma parte da comunidade, essas mulheres são vistas como líderes e defensoras do meio ambiente. A associação fortalece o senso de coletividade ao promover o desenvolvimento local e ao buscar soluções para problemas comuns, como o desmatamento e a dependência econômica de intermediários que dificultam a lucratividade dos produtos agroextrativistas.

Além disso, a associação desempenha um papel cultural ao preservar e valorizar práticas tradicionais de manejo, que muitas vezes são passadas de geração em geração. Para a comunidade do Alto Cajari, as mulheres da associação são também agentes de mudança, pois desafiam o papel tradicional de gênero, que comumente restringia as mulheres a papéis menos visíveis. Agora, elas estão na linha de frente de uma transformação econômica e ambiental significativa.

Outro aspecto fundamental da percepção da comunidade sobre a associação é o respeito que ela inspira. Com o aumento da visibilidade e dos impactos positivos de suas ações, a associação construiu uma reputação sólida. Esse reconhecimento não só fortalece a autoestima das participantes, mas também ajuda a promover maior equidade e cooperação entre homens e mulheres na região, impulsionando toda a comunidade em direção a um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

No entanto, atualmente não há investimentos em cursos de capacitação em gestão de

negócios, empreendedorismo e marketing, que poderiam fortalecer as habilidades de liderança das participantes, promovendo uma nova geração de empresárias na Amazônia. Não existe um programa de educação financeira e de tecnologias de produção, como a instalação de maquinários e oficinas de transformação dos produtos extrativistas, pois tudo isso daria autonomia às mulheres para processarem e agregarem valor aos seus produtos derivados da castanha.

Apesar dos avanços, a AMAC enfrenta desafios relacionados à gestão e à sustentabilidade financeira. Há necessidade de reestruturação no formato de gestão da própria associação para poderem atuar de forma integrada e mais comunicativa com os órgãos governamentais, para melhorar a qualidade e quantidade dos produtos fabricados pelas associadas. Elas contam com o apoio do ICMBIO, prefeitura de Laranjal do Jari, SEBRAE, CONAB através do PAA e CONDEVASP atualmente. Já passaram por um período de grande êxito, incluindo valoroso retorno financeiro, além de uma estrutura física e logística considerável e que atualmente não existe mais. Ocorreu um declínio das atividades e deterioração dos bens com a chegada da pandemia de COVID19. Mas elas seguem resistindo e tentando reconstruir o que foi conseguido com tanta dedicação e solidariedade coletiva.

Uma expansão de trabalho que elas almejam seria a criação de um centro de conhecimento, onde as práticas tradicionais e o manejo sustentável de recursos fossem documentados, compartilhados e valorizados. A associação pode se tornar uma referência no desenvolvimento de técnicas inovadoras de manejo sustentável que respeitem o meio ambiente e fortaleçam a segurança alimentar e nutricional da comunidade, desde que ocorra mais organização e qualificação das associadas.

A AMAC pode colaborar com outras associações e redes de mulheres agroextrativistas e rurais em toda a Amazônia, formando uma rede de apoio que permita trocas de experiências, estratégias e recursos. Essa rede não apenas fortalece o movimento feminino e o agroextrativismo, mas também possibilita um canal de diálogo para temas de direitos das mulheres e sustentabilidade na Amazônia. A longo prazo, pode-se esperar que a AMAC se torne um modelo de sucesso para outras comunidades na Amazônia, influenciando políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável em toda a região.

Sobre a AMELC, a única renda que possuíam era o “bolsa família” e quando foram excluídas do programa perceberam que era urgente e necessário se organizarem para obterem uma fonte de renda, então tiveram a ideia de usar o que a natureza estava oferecendo, que era a extração do óleo de pracaxi. Surgiu a associação composta apenas por mulheres que ultrapassando limites estruturais conseguiram a implantação do ensino médio na comunidade,

telefones públicos (comunicação) placas de energia solar, pontes novas e equipamentos modernos para a extração do óleo de pracaxi, sempre trabalhando em grupos familiares.

A Associação de Mulheres Agroextrativistas do Limão do Curuá fortalece a comunidade do mesmo nome e de maneira significativa ao unir práticas econômicas sustentáveis com o fortalecimento social da comunidade. A associação criou uma fonte de renda sustentável para as mulheres da comunidade através da produção de óleos vegetais, como o de andiroba e pracaxi, extraídos de forma artesanal e respeitando o ciclo de regeneração natural das árvores.

Essa independência financeira fortalece as famílias locais e reduz a dependência de intermediários externos e mercados instáveis, criando uma economia mais forte e resiliente na própria comunidade.

Importante ressaltar que a prática dessas mulheres de coletar sementes para extração de óleos valoriza o uso sustentável dos recursos, evitando o desmatamento e o desgaste ambiental, problemas recorrentes na Amazônia. Pois a conscientização sobre o uso sustentável da floresta ajuda a garantir que a próxima geração também se beneficie desses recursos.

É perceptível que a associação oferece às mulheres um espaço de reconhecimento, ampliando seu papel social e econômico na comunidade. Antes restritas a atividades domésticas ou pouco visíveis, agora essas mulheres são vistas como lideranças e empreendedoras, gerando um impacto social positivo na percepção de gênero na comunidade. Com o trabalho na associação, elas têm a oportunidade de participar de treinamentos, cursos, palestras, projetos e assumir responsabilidades de gestão, e se tornarem modelos para outras mulheres, ampliando a presença feminina na vida econômica e social do Limão do Curuá.

A extração de óleos envolve técnicas tradicionais e conhecimentos específicos da flora amazônica que são passados de geração em geração. A associação valoriza e preserva esse saber local, garantindo que esse conhecimento continue a ser parte da identidade cultural da comunidade. Além disso, ao comercializar produtos de valor agregado, a associação promove esses saberes no mercado externo, mostrando a riqueza cultural da comunidade e o valor das tradições locais.

No entanto, não há facilidade em participar de capacitações para as mulheres em áreas como gestão de negócios, técnicas de produção sustentável e até habilidades administrativas. Essa formação é essencial para que elas possam expandir e gerenciar a associação com independência e sucesso. Essas competências também preparam as mulheres para diversificar suas atividades econômicas e aproveitar outras oportunidades de geração de renda no

Bailique, fortalecendo a economia local de forma ampla.

É muito tímida a busca da AMELC por parcerias com ONGs, universidades e outras entidades para ampliar o alcance dos produtos, conquistar novos mercados e melhorar as práticas de produção. Essas alianças são fundamentais para fortalecer o reconhecimento dos produtos no mercado e garantir que eles cheguem a consumidores de fora da região. Elas participam de poucos eventos como workshop, feiras, palestras e não possuem marketing digital. Hoje a associação está estável e estática.

Importante retratar que, com as redes de apoio, a associação pode ter acesso a recursos e informações fundamentais para enfrentar desafios de isolamento geográfico e logística, promovendo uma economia local mais robusta. No contexto do Bailique, a associação atua como um elo vital para a sustentabilidade e para a coesão social, proporcionando às mulheres não apenas uma fonte de renda, mas um espaço de empoderamento e uma rede de apoio mútuo.

Ao fortalecer o papel feminino, promover práticas sustentáveis e apoiar a preservação cultural e ambiental, a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Limão do Curuá se torna um exemplo de desenvolvimento sustentável, inspirando outras comunidades na Amazônia e impulsionando a busca por alternativas que respeitam e valorizam o ambiente e as tradições locais.

A relação entre as associadas da AMELC pode ser caracterizada por diversos aspectos que refletem tanto a dinâmica social interna da associação quanto o impacto nas suas vidas e na comunidade. As mulheres da AMELC desenvolveram um senso de solidariedade. A associação se tornou um espaço onde elas podem compartilhar experiências, desafios e sucessos. Esse apoio mútuo é fundamental para enfrentar as dificuldades do trabalho e as barreiras que podem surgir no contexto socioeconômico.

A troca de conhecimentos e técnicas entre as associadas também fortalece essa relação, promovendo um ambiente colaborativo que ajuda no desenvolvimento de habilidades e na melhoria da produção. A união na associação proporciona às mulheres um espaço de empoderamento coletivo, onde elas se sentem valorizadas e respeitadas. Juntas, elas podem reivindicar mais visibilidade e reconhecimento dentro da comunidade, além de conquistar um papel ativo nas decisões que afetam suas vidas.

Observou-se que o empoderamento coletivo ainda não se reflete em sua capacidade de negociar melhores condições de trabalho, preços justos e oportunidades de mercado para seus produtos. Elas têm uma rede de suporte a partir dos grupos familiares, criando um ambiente de colaboração que beneficia toda a comunidade do Limão do Curuá.

As mulheres raramente se envolvem em atividades de capacitação que não apenas aumentam suas habilidades em manejo de produtos agroextrativistas, mas também em gestão financeira, marketing e técnicas de empreendedorismo. Essa educação contínua não apenas fortaleceria a associação, mas também transformaria a relação entre as mulheres, já que elas se tornam mentoras e facilitadoras do aprendizado umas das outras.

A relação entre elas é também marcada por um compromisso coletivo com a sustentabilidade e a preservação da cultura local. Elas trabalham juntas para garantir que as práticas de extração de sementes respeitem o meio ambiente e que o conhecimento tradicional sobre o uso de recursos naturais seja valorizado. Esse compromisso conjunto reforça a identidade cultural da comunidade e a conexão com a floresta amazônica, criando um sentido de pertencimento e responsabilidade compartilhada.

Participar da AMELC permite que elas experimentem um crescimento pessoal significativo. O envolvimento nas atividades da associação as empodera, aumentando sua autoconfiança e habilidades de liderança.

Elas têm a oportunidade de assumir papéis de liderança dentro da AMELC, o que é fundamental para quebrar estereótipos de gênero e promover a igualdade. Isso encoraja uma nova geração de líderes femininas na comunidade. O protagonismo feminino se torna um modelo para outras mulheres, incentivando-as a participar mais ativamente em suas comunidades e em outras esferas da vida social e econômica.

Há uma relação fundamentada em solidariedade, empoderamento e um compromisso compartilhado com a sustentabilidade e o desenvolvimento da comunidade. Essa dinâmica não apenas transforma suas vidas individuais, mas também fortalece a comunidade do Limão do Curuá como um todo, criando um modelo de desenvolvimento sustentável e colaborativo que pode ser replicado em outras regiões da Amazônia.

Em ascensão, a Associação de Mulheres Sementes do Araguari, estão frequentemente envolvidas em atividades de capacitação que não apenas aumentam suas habilidades em manejo de produtos agroextrativistas, mas também em gestão financeira, marketing e técnicas de empreendedorismo. Essa educação contínua não apenas fortalece a associação, mas também transforma a relação entre as mulheres, já que elas se tornam mentoras e facilitadoras do aprendizado umas das outras.

Recentemente estão se dedicam à produção sustentável a partir de recursos da floresta e do cerrado amazônico. Com foco em biocosméticos, coleta de sementes de andiroba, breu branco, pracaxi além da extração de óleos para o beneficiamento de cremes e sabonetes, frutos e sementes nativas, a associação representa um modelo de agroextrativismo sustentável,

onde as práticas de coleta respeitam o ciclo natural das espécies e promovem a conservação ambiental.

Elas conseguem empoderamento feminino e autonomia econômica, pois a associação fortalece o papel das mulheres em Porto Grande ao proporcionar independência financeira e novas oportunidades de participação econômica. A possibilidade de gerar uma renda própria permite que as mulheres associadas contribuam diretamente para a economia familiar, promovendo mudanças sociais e mais igualdade de gênero.

A associação adota práticas sustentáveis de coleta e processamento de recursos naturais, com foco em minimizar o impacto ambiental e garantir a regeneração das espécies utilizadas. Esse modelo ajuda a proteger a biodiversidade da região e a manter a floresta em pé, ao mesmo tempo, em que gera valor econômico.

Elas conseguem estabelecer uma rede de comercialização e parcerias através da participação em feiras, parcerias com ONGs e contato com redes de comércio justo, a associação busca novas oportunidades de mercado para seus produtos, ampliando seu alcance e garantindo uma renda sustentável. Essas redes fortalecem o posicionamento da associação e permitem acesso a novos públicos.

A associação enfrenta desafios comuns ao agroextrativismo, como o acesso a mercados e o transporte dos produtos, que muitas vezes têm sido limitados. No entanto, com parcerias e capacitações, tem o potencial de expandir sua produção, alcançar mercados especializados e diversificar sua linha de produtos, agregando valor ao que já produz.

A participação delas na Associação de Mulheres Sementes do Araguari, em Porto Grande, é central para o funcionamento e impacto da organização na comunidade. Essas mulheres se envolvem em todas as etapas do processo produtivo e na gestão, formando uma rede de trabalho colaborativa e fortalecendo laços locais. As associadas são responsáveis pela coleta de sementes, frutos e plantas medicinais nativas da região. A coleta é um momento de transmissão de conhecimento, onde técnicas tradicionais e saberes sobre o uso sustentável das plantas são compartilhados entre gerações

Algumas mulheres são capacitadas pela associação para melhorar a eficiência e a qualidade do processamento. A participação nas atividades de produção também fortalece a autonomia financeira das mulheres, já que o valor agregado dos produtos gera uma renda estável para suas famílias.

A participação das mulheres nas decisões organizacionais é um ponto forte da associação. Elas têm voz ativa na definição de metas, planejamento de atividades e administração dos recursos gerados. Esse protagonismo na gestão incentiva o

desenvolvimento de habilidades de liderança e aumenta a confiança das mulheres, permitindo que se vejam como agentes de mudança não apenas em suas famílias, mas também na comunidade.

A associação promove oficinas, cursos e treinamentos voltados para a capacitação técnica e a gestão de negócios. As mulheres têm a oportunidade de aprender sobre empreendedorismo, marketing, controle financeiro e até práticas de exportação. Essas capacitações não apenas melhoram as perspectivas de crescimento da associação, mas também preparam as mulheres para gerirem seus próprios empreendimentos e lidarem com os desafios do mercado.

As associadas participam de feiras, conferências e eventos de comércio justo, o que permite ampliar o alcance dos produtos e trazer visibilidade para a associação. Esses eventos são uma oportunidade para conhecer novas tendências de mercado, estabelecer parcerias e desenvolver estratégias para expandir o alcance dos produtos. Além disso, essas interações fora da comunidade aumentam o repertório cultural e profissional das mulheres, ampliando seu conhecimento e fortalecendo sua capacidade de inovar. A participação na associação também tem um impacto social importante, pois inspira outras mulheres da comunidade a buscar independência econômica e capacitação. A presença ativa das associadas no ambiente econômico e social de Porto Grande gera um efeito positivo em toda a comunidade, incentivando mais mulheres a se envolverem em atividades produtivas.

Elas têm um sentimento que ajuda a criar um senso de pertencimento, orgulho e união, fortalecendo o papel da mulher na estrutura social e econômica local. No entanto, elas enfrentam uma série de desafios que afetam tanto a sustentabilidade da associação quanto o trabalho diário. Em decorrência das condições locais e da falta de infraestrutura. Uma das principais barreiras para as mulheres da associação é a dificuldade de acesso a mercados maiores e mais rentáveis. A localização em área ribeirinha na comunidade no município de Porto Grande, somada às limitações logísticas, dificulta o transporte dos produtos para centros urbanos e regiões mais distantes onde há maior demanda por produtos naturais. Essa limitação também restringe a capacidade de alcançar mercados especializados, como o de cosméticos e fitoterápicos, que valorizam produtos amazônicos e poderiam pagar mais por eles.

A infraestrutura necessária para o processamento, embalagem e armazenamento dos produtos é limitada. Muitas vezes, a associação não possui equipamentos avançados para a extração eficiente e sustentável dos óleos, sabonetes e outros biocosméticos o que impacta a produtividade e a qualidade final dos produtos. A falta de locais apropriados para armazenagem também é um problema, já que produtos naturais exigem ambientes adequados

para manter a qualidade.

Embora a associação invista em capacitação, o acesso a treinamentos avançados e especializados é limitado, devido a altos custos e à falta de oferta nas proximidades. Esse tipo de formação é essencial para que as mulheres possam se adaptar às exigências do mercado e inovar em seus produtos.

Além disso, muitas associadas ainda enfrentam dificuldades para compreender e implementar processos de gestão financeira e de marketing, áreas que exigem conhecimentos técnicos que nem sempre estão disponíveis para elas.

Elas ainda enfrentam resistência cultural em relação ao protagonismo feminino em atividades produtivas e econômicas. As mulheres da associação enfrentam pressões sociais e algumas vezes até mesmo familiares que dificultam a dedicação integral ao trabalho ou a participação em eventos externos, como feiras e capacitações. Esse contexto também limita as oportunidades de liderança e crescimento para as associadas, criando obstáculos adicionais para o empoderamento feminino dentro da comunidade.

A vulnerabilidade às condições ambientais também significa que as associadas estão expostas a variações sazonais e climáticas, que podem reduzir ou atrasar a coleta e a produção de produtos. O acesso ao crédito e a financiamentos específicos para pequenos produtores e iniciativas de economia solidária ainda é limitado na Amazônia. Isso impede que a associação possa investir em melhorias de infraestrutura, aquisição de equipamentos e expansão de suas atividades.

As mulheres da associação vêm atualmente derrubando barreiras quando se trata de obter visibilidade fora da região e em criar redes de parceria que possam ajudar na divulgação e distribuição de seus produtos. Recentemente, elas têm contado com empresas, ONGs e entidades que atuam na cadeia produtiva do extrativismo, ampliando as oportunidades de crescimento e de acesso a novos conhecimentos.

Desafios exigem resiliência e inovação por parte das associadas para poderem manter a associação funcionando. Apesar desses obstáculos, o trabalho na associação é uma fonte importante de renda e de desenvolvimento pessoal para as mulheres de Porto Grande. Parcerias com ONGs, programas de capacitação e apoio governamental ajudam a associação a superar esses problemas e a crescer de forma sustentável, garantindo um impacto positivo contínuo para a comunidade.

Atualmente em crescimento, a Associação de Mulheres da Foz do Rio Mazagão Velho tem se dedicado a atividades voltadas para assentamentos, envolvendo o agroextrativismo e a agricultura familiar, aproveitando os recursos naturais da região para gerar produtos

sustentáveis e de valor agregado. Essas mulheres se dedicam à coleta e ao processamento de frutos locais, como o açaí, bacaba, a pesca (camarão e peixe). A associação tem buscado, além da geração de renda, fortalecer a autonomia das mulheres e incentivar a preservação ambiental.

Elas são organizadas e sempre atuam de forma coletiva, visando a geração de renda que impacta diretamente na economia local, proporcionando mais autonomia financeira para as mulheres e suas famílias, além de incentivar práticas de uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia.

As associadas promovem práticas sustentáveis e ajudam a educar a comunidade sobre a importância de preservar os recursos naturais. Essas atividades de educação ambiental sensibilizam a comunidade e servem de exemplo para práticas mais conscientes no manejo dos recursos florestais.

A associação oferece um espaço para as mulheres se expressarem, discutirem suas necessidades e se apoiarem. Ao fortalecer o papel da mulher na comunidade, elas incentivam uma visão mais igualitária e contribuem para mudanças sociais que beneficiam outras mulheres e suas famílias. Essa rede de apoio também fortalece a presença feminina na economia e na política local, aumentando a influência das mulheres em decisões que afetam a comunidade.

A associação tem recebido a colaboração e parceria com outras organizações governamentais e ONGs que promovem o desenvolvimento sustentável, o que fortalece a rede de mulheres na região e facilita o acesso a treinamentos e recursos. Essas parcerias ajudam a associação a superar desafios logísticos, técnicos e financeiros.

Essas ações demonstram que a Associação de Mulheres da Foz do Rio Mazagão Velho não só gera impacto econômico, mas também atua para fortalecer a coesão social e o senso de pertencimento cultural na comunidade. Essa atuação multifacetada promove um ciclo positivo, onde o desenvolvimento sustentável e o empoderamento feminino impulsionam o bem-estar de toda a comunidade.

Contudo, as mulheres da Associação da Foz do Rio Mazagão Velho enfrentam diversos desafios em seu trabalho e na comunidade, os quais refletem as dificuldades típicas de áreas rurais e ribeirinhas da Amazônia. A localização remota de Mazagão Velho dificulta o transporte de produtos e insumos, afetando diretamente a logística de venda e de abastecimento para as atividades da associação. - O transporte, que em boa parte depende de embarcações, se torna ainda mais difícil durante o período de chuvas, o que impacta o calendário de produção e a regularidade das entregas.

A falta de infraestrutura e equipamentos adequados é um problema frequente na comunidade. Muitas vezes, a associação carece de locais adequados para processamento, armazenamento e embalagem dos produtos.

O acesso a capacitações especializadas é restrito, o que impede o desenvolvimento de habilidades avançadas de gestão, marketing e tecnologia entre as mulheres. A atividade de agro extrativismo depende da disponibilidade e regeneração dos recursos naturais. No entanto, o desmatamento, a exploração ilegal de recursos e as mudanças climáticas afetam o crescimento e a qualidade das plantas e frutos coletados. Períodos de seca ou enchentes afetam o ciclo produtivo e geram insegurança para o sustento das associadas, uma vez que dependem desses recursos para manter a produção.

Em algumas comunidades, persiste uma resistência cultural à atuação econômica independente das mulheres. E que leva a restringir a participação de algumas associadas, especialmente as mais jovens, e criar barreiras para assumirem papéis de liderança na comunidade. Esse desafio cultural é sentido na dificuldade em conciliar responsabilidades familiares com as demandas da associação, o que às vezes limita o tempo e a energia que algumas mulheres têm para se dedicar às atividades.

O isolamento e a falta de infraestrutura digital e física dificultam o contato com potenciais parceiros, clientes e redes que poderiam apoiar a associação. Sem essa visibilidade, é difícil obter parcerias comerciais e acessar mercados onde seus produtos naturais e artesanais têm grande potencial de venda.

Esses desafios representam barreiras significativas, mas a resiliência e a união das mulheres na Associação da Foz do Rio Mazagão Velho são cruciais para enfrentar esses problemas. O apoio por meio de políticas públicas, financiamento e parcerias com organizações voltadas para o desenvolvimento sustentável são essenciais para que elas possam superar esses obstáculos e expandir o impacto positivo de seu trabalho na comunidade. A associação tem desempenhado um papel fundamental no empoderamento feminino dentro da comunidade, criando um espaço de apoio e desenvolvimento pessoal para as mulheres. Isso as incentiva a assumir papéis de liderança e enfrentar desafios de maneira coletiva, promovendo uma maior representatividade feminina nas decisões comunitárias.

Apesar de enfrentarem obstáculos, as mulheres da Associação da Foz do Rio Mazagão Velho têm conquistado avanços significativos que transformam não apenas suas próprias vidas, mas também a comunidade ao redor. O caminho para o desenvolvimento sustentável depende de apoio contínuo por meio de políticas públicas, investimentos em infraestrutura e parcerias que incentivem tanto o desenvolvimento econômico quanto a valorização cultural.

Com esses recursos, a associação tem um grande potencial para continuar promovendo mudanças positivas na Amazônia e na vida das associadas.

As quatro associações compostas exclusivamente por mulheres — a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari, a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Limão do Curuá, a Associação de Mulheres Sementes do Araguari e a Associação de Mulheres da Foz do Rio Mazagão Velho — compartilham características importantes que refletem não só os desafios enfrentados por mulheres em áreas rurais da Amazônia, mas também as estratégias e objetivos comuns que elas perseguem. A seguir, observam-se algumas das principais semelhanças entre essas associações:

Todas as associações têm como base o agro extrativismo sustentável, aproveitando os recursos naturais locais, como sementes, frutos e plantas medicinais, para gerar renda e garantir a conservação ambiental. A extração de produtos como óleos de andiroba e pracaxi, polpas de frutos, açaí e castanha utiliza técnicas que respeitam o ciclo de regeneração natural das florestas, mostrando um compromisso com a sustentabilidade e a preservação da biodiversidade amazônica.

Essas associações se destacam por promover o empoderamento das mulheres em comunidades onde os papéis de gênero tradicionalmente as limitavam a atividades domésticas e familiares. Ao formar associações, elas ganham autonomia econômica e social, podendo contribuir para o sustento de suas famílias e tomar decisões em seus lares e nas comunidades, o que representa uma transformação significativa nas dinâmicas locais.

Em cada uma dessas associações, há uma forte valorização dos saberes tradicionais e da cultura local. Ao trabalhar com produtos regionais e ao transmitir conhecimentos ancestrais, como técnicas de extração e confecção artesanal, essas mulheres preservam e promovem a identidade amazônica. Isso fortalece o orgulho cultural e cria laços mais fortes entre as gerações, incentivando os jovens a valorizarem suas raízes.

Esses coletivos são movidos pela união e resiliência de suas integrantes. Elas se apoiam mutuamente para superar desafios, que vão desde dificuldades financeiras e falta de infraestrutura até barreiras culturais. A solidariedade dentro das associações torna o grupo mais forte, permitindo que as mulheres enfrentem juntas os problemas e fortaleçam o senso de comunidade.

Todas as associações enfrentam desafios semelhantes, como o isolamento geográfico, a falta de infraestrutura, as dificuldades de acesso ao crédito e as barreiras culturais de gênero. O fato de todas as associações lidarem com questões semelhantes reforça a importância de

redes de apoio e políticas públicas voltadas para essas mulheres e suas comunidades, pois os obstáculos são estruturais e demandam soluções integradas.

As associadas buscam constantemente capacitação em diversas áreas, como técnicas de manejo sustentável, gestão financeira, marketing e inovação. Além disso, as quatro associações demonstram interesse em estabelecer parcerias com ONGs, instituições governamentais e outras redes, entendendo que esses vínculos são essenciais para superar limitações de conhecimento, tecnologia e acesso a mercados.

As atividades dessas associações geram impacto econômico positivo não apenas para as mulheres, mas para toda a comunidade. A geração de renda a partir de produtos extrativistas e artesanais não só beneficia o comércio local, incentiva o uso sustentável dos recursos naturais e oferece alternativas de emprego em áreas remotas, onde as opções de trabalho são geralmente escassas.

Essas semelhanças mostram que as associações compostas por mulheres na Amazônia compartilham uma missão comum de buscar desenvolvimento sustentável, empoderamento feminino e economia solidária. Além de inspirarem suas comunidades, elas desempenham um papel crucial na preservação da Amazônia e na promoção de um modelo de economia sustentável e inclusiva. As experiências e os desafios dessas mulheres são, portanto, exemplos valiosos para outras iniciativas semelhantes em toda a Amazônia.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres da Associação da Foz do Rio Mazagão Velho têm conseguido conquistas importantes, que refletem sua dedicação e perseverança, mas ainda enfrentam desafios consideráveis que influenciam seu trabalho e impacto na comunidade. Este estudo buscou compreender como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local, utilizando como referência os movimentos sociais, ecofeminismo e a economia solidária para refletir como tem se revelado, apontando seus aliados e adversários. O ponto de discussão partiu da identificação de quatro associações compostas somente por mulheres localizadas em áreas rurais do estado, o qual foi relevante para correlacionar com os estudos apresentados no referencial teórico que fundamentou a pesquisa. Ao analisar como o ecofeminismo e a economia solidária se manifestam no desenvolvimento local por meio da promoção da sustentabilidade, da igualdade de gênero, da cooperação comunitária e da busca por justiça social trouxe também resultados que indicam a carência de políticas públicas básicas nas comunidades como o acesso à saúde, a educação e eletricidade o que, no entanto, não invalidou a organização e a mobilização dessas mulheres em busca de melhores condições de vida e acesso a direitos constitucionais.

Para simplificar as respostas para a problemática quanto aos resultados alcançados, a questão que norteou a pesquisa foi: Como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local? Como o ecofeminismo e a economia solidária têm se manifestado nesse desenvolvimento? E quais são seus aliados e adversários no exercício desse protagonismo?

A referida análise permitiu concluir que o protagonismo feminino interfere positivamente no desenvolvimento local através das associações conduzidas e lideradas por elas. Essa intercessão ocorre mediante movimentos sociais associativos que elas organizam e comandam. Elas geram emprego e renda, discutem com a comunidade os problemas que as importunam e seguem em busca da solução. Diante dessa liderança, surgem mudanças que vão além do benefício individual, promovendo uma melhoria ampla e sustentável para toda a comunidade.

Outro fato que confirma essa ingerência é a profundidade e a amplitude da influência das mulheres como agentes de mudança. Elas estão sempre em busca de perspectivas únicas e soluções inovadoras para os desafios enfrentados por suas comunidades, promovem práticas mais sustentáveis e equitativas. Há reconhecimento, valorização e promoção do papel delas, fortalecem suas capacidades individuais e coletivas de organização, mas também impulsionam o desenvolvimento comunitário de maneira mais inclusiva e sustentável.

Observou-se também que além de gerarem renda própria, o que reflete positiva e diretamente no sustento de suas famílias, há a redução da pobreza e melhora na qualidade de vida, possibilitando o acesso a melhores condições de moradia, alimentação, saúde e educação.

Constatou-se que há a presença do ecofeminismo nessas organizações controladas por elas, pois entendem que são guardiãs de saberes tradicionais e possuem habilidades no manejo sustentável de plantas, sementes e frutos nativos. Essas mulheres não se identificam como movimento ambientalista e nem feminista. Elas se organizaram e se mobilizaram para garantir emprego e renda, melhorar a qualidade de vida daquele grupo familiar que está em sua volta e da comunidade em que vivem.

Contudo, a economia solidária foi identificada nessas associações, mesmo com a falta de conhecimento teórico. Percebeu-se nessas estruturas associativas que elas promovem a inclusão social, geração de trabalho digno, desenvolvimento local e sustentabilidade.

Todas as associações pesquisadas utilizam o mesmo modelo econômico baseado na cooperação, solidariedade, uso de riquezas naturais amazônicas e autogestão entre elas. O que incentiva a formação de redes de apoio e solidariedade, fundamentais nas regiões onde os desafios socioeconômicos e geográficos são intensos. Em uma comunidade onde as mulheres assumem papéis de liderança, existe maior união e colaboração entre as famílias, pois elas têm uma tendência a trabalhar em equipe, buscando sempre soluções coletivas para problemas locais, fortalecendo o tecido social.

Ao liderarem a produção de óleos, polpas, biocosméticos, elas conseguem manter vivas as práticas e os conhecimentos ancestrais de gerações passadas. Isso contribui não apenas para a preservação cultural, mas também para a criação de uma identidade econômica regional baseada em produtos únicos e sustentáveis, que possuem alto valor agregado.

Esse protagonismo contribui para que o desenvolvimento econômico seja também ambientalmente responsável, protegendo florestas e rios e garantindo que as gerações futuras possam continuar a depender da floresta. Além disso, ao liderar atividades sustentáveis, as mulheres tornaram-se exemplos para toda a comunidade e incentivam o uso responsável dos recursos. O protagonismo feminino desafia estereótipos de gênero e abre caminho para uma nova visão do papel da mulher na sociedade. As lideranças femininas daquele lugar servem como exemplos para as gerações mais jovens, mostrando que as mulheres podem assumir posições de poder e tomar decisões importantes. Esse processo de empoderamento foi essencial para compreender que é possível uma comunidade mais justa, onde as mulheres têm voz ativa e participam de todas as esferas sociais e econômicas.

Notou-se que essas mulheres estão sempre em busca de inovação para as atividades econômicas locais que elas empreendem. São versáteis e criativas, experimentando sempre novas formas de produzir e comercializar produtos, o que diversifica a produção. Nas comunidades onde elas moram, essa diversidade de atividades — seja no extrativismo, artesanato ou cosméticos — ajudou a criar uma economia mais resiliente e menos dependente de práticas extrativas predatórias ou monoculturas.

No entanto, a AMAC, AMELC e sementes do Araguari raramente comercializam seus produtos no local de origem, visto que àquela população compreende que esses produtos (azeite, biscoito, cosméticos) fabricados por elas são distribuídos em grandes centros urbanos, na capital do Amapá e até exportado para outros países. Um exemplo é o óleo de pracaxi, que não é comercializado no Bailique e é raramente encontrado em Macapá, salvo em feiras, eventos e outros do tipo, grande quantidade desse produto é comercializada para empresas de médio e grande porte de outros estados brasileiros.

O presente processo investigativo deparou-se com algumas dificuldades que redundaram em lacunas do ponto de vista dos resultados obtidos ao final do trabalho. A principal dificuldade ficou em compreender porque o agro extrativismo sustentável, protagonizado por mulheres, pretas, agricultoras, ribeirinhas, tem enormes e diversas dificuldades em acessar investimentos e conseqüentemente políticas públicas específicas voltadas para elas. Outra lacuna pertinente passa pela compreensão de que esta pesquisa não conseguiu identificar o motivo que leva a comunidade a não consumir os produtos fabricados por elas e que gera renda para dezenas de famílias locais.

Do ponto de vista de novas possibilidades de pesquisa relacionada ao tema, há um leque de perspectivas para reconhecer e apoiar o papel das mulheres como agentes de mudança para promover um desenvolvimento justo e sustentável na Amazônia. E isso requer políticas públicas inclusivas, fortalecimento das redes de solidariedade e conscientização, e a promoção de modelos econômicos que valorizem a sustentabilidade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. **Revista Eletrônica Direito e Política**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 1569–1597, 2014. DOI: 10.14210/rdp.v9n3.p1569-1597. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/6751>. Acesso em: 5 jul. 2023.

ANPED. Universidade Estadual de Campinas Universidade Nove de Julho -Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

AMIM, S.. Acumulação e desenvolvimento: um modelo teórico. **Revisão da Economia Política Africana**, 1 (1), 9–26. <https://doi.org/10.1080/03056247408703234> . 1974.

ATILIO A. Boron - Javier Amadeo. **A Teoria Marxista Hoje**- Problemas e Perspectivas. 1ª ed., CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Coleção DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES, – texto: **Desenvolvimento e meio ambiente** -. Santarém – Pará, 2012.

EMBRAPA. **Boas práticas e inovação tecnológica beneficiam comunidade ribeirinha do Amapá. Disponível em:** <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/73173324/boas-praticas-e-inovacao-tecnologica-beneficiam-comunidade-ribeirinha-do-amapa>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 3 ed. Expressão popular, São Paulo, 2012.

ESTENDER, A. C., & PITTA, T. de T. M. (2009). O CONCEITO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Revista Terceiro Setor & Gestão De Anais - UNG-Ser**, 2(1), 22–28. Disponível em: <https://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/view/399>. Acesso em 13 jul. 2025.

FACSO. **XIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA** - ALAS 29 de setembro a 4 de outubro de 2013, FACSO, Chile-Santiago.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **A história do agroextrativismo na Amazônia amapaense**. 2014. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-

BR&user=cwjrXG8AAAAJ&citation_for_view=cwjrXG8AAAAJ:u-x6o8ySG0sC. Acesso em: 13 jul. 2024.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **AMAPÁ**. 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=cwjrXG8AAAAJ&cstart=20&pagesize=80&citation_for_view=cwjrXG8AAAAJ:LkGwnXOMwfcC. Acesso em: 13 jul.2024.

FILOCREÃO, Antônio Sergio Monteiro. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá**. Tese de Doutorado. PhD Thesis (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável em Trópico Úmido)-Universidade Federal do Pará, Belém. 2007.

FOLADORI, Guillermo. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. 2000.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável / Limitations of sustainable development –** . Campinas; UNICAMP; 2001.

FOLADORI, Guillermo. **NA BUSCA DE UMA RACIONALIDADE AMBIENTAL - Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Enrique Leff. Editora da FURB. Blumenau. (Tradução de Jorge Esteves da Silva). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/VPxyxb4S6RJfcTnvrKhwMDr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Edições Loyola, 2004.

HOUTART, François & AMIN, Samir . **Mundialização das Resistências**. O estado das lutas 2003. 2002. Disponível em: <https://www.cetri.be/Mundializacao-das-Resistencias-O?lang=fr>

IBGE. **Mazagão**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/mazagao.html>. Acesso em:13 jul. 2024.

INCRA. Amapá. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/notificacoes-assentamento/amapa>. Acesso em: 10 jul. 2024.

KONDER, Leandro. O que é dialética. Coleção primeiros passos, 10 ed., brasiliense, 1984.

KUHNEN, Tânia A. A crítica ecofeminista ao paradigma do desenvolvimento: a necessidade de repensar a relação humana com a natureza. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

LOMBA, Roni Mayer. Modos de vida ribeirinho na comunidade Foz do Rio Mazagão–Mazagão (AP/Brasil). *Ateliê Geográfico*, v. 11, n. 1, p. 257-276, 2017.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração (tradutor Maurício Wadmanj) . - 1. ed., 2º reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (Coleção temas sociais). 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONGABAY. No Amapá, mulheres encontram na produção de biocosméticos uma alternativa ao garimpo. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/11/no-amapa-mulheres-encontram-na-producao-de-biocosmeticos-uma-alternativa-ao-garimpo/>. Acesso em 13 jul. 2025.

MURAD, Afonso. HERMENÊUTICA ECOFEMINISTA E ECOTEOLOGIA. *INTERFACES Ecofeminist Hermeneutics and Ecotheology*. *Interfaces * Perspect. Teol.*, Belo Horizonte, v. 53, n. 3, p. 579-606, Set./Dez. 2021.

NETO, Dorival Bonfá; RANGEL, Kátia Souza. Ecofeminismo e conservação da natureza: um estudo de caso sobre a importância das mulheres afrocolombianas para a pesca artesanal. *GEOgraphia*, v. 25, n. 54, 2023.

NOVOS RUMOS. MUNDIALIZAÇÃO, CRISE E TRANSIÇÃO. *Revista Novos Rumos*, 30. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.14.v0n30.1914>. 2022.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito; FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. Desafios na Amazônia Brasileira: a organização de mulheres na Reserva Extrativista no Rio Cajari no Amapá. In: XIX Congresso Latinoamericano de Sociologia-ALAS. 2013.

SANTOS, Kátia Paulino dos. As mulheres da Castanha do Alto Cajari: O empoderamento pela economia solidária. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, p. e00661, 2021.

SILVA, Carlúcia Maria. *Mulheres e Economia Popular Solidária: trabalho, inclusão socioprodutiva e cidadania*. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecol. e Desenv. Rur.Sustent.* , Porto Alegre,v.1, n1 , jan./mar.2000.

SILVA, Carlúcia Maria. **Mulheres e Economia Popular Solidária: trabalho, inclusão socioprodutiva e cidadania**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Rubens Elias da; BONFIM, Fernanda da Silva; SOUZA, Rogério Ribeiro de. Mulheres, saberes práticos, relações de gênero e a floresta .. **Nova Revista Amazônica** | v. 2, n. 1 | Jan./Jun. 2014 | 38-49 PPG Linguagens e Saberes da Amazônia, Bragança, Pará.

SINGER, Paul. *Economia solidária: introdução, história e experiência brasileira*. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

SOCIOAMBIENTAL. Unidades de Conservação no Brasil. Disponível em:

<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/627>. Acesso em: 13 jul. 2025.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endogeno em tempos de globalização** – tradução de Ricardo Brinco, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WOLFGANG, Sachs, (editor). **Dicionário do desenvolvimento** – guia para o conhecimento como poder, Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ESTRUTURADAS – ASSOCIADAS E DIRETORIA

Presidenta da associação

1- Nome e entidade que dirige?

2- Quando foi fundada a associação e com quantos sócios? Qual a sua área de abrangência? Quantos sócios possui hoje?

3- De quanto em quanto tempo a associação tem se reunido com os seus associados? Quantos núcleos tem a associação?

4- Como a associação se relaciona com as outras associações e cooperativas existentes na reserva?

5- Com que recursos a associação se mantém? Onde fica seu escritório e quais os patrimônios que possui?

6- De quanto em quanto tempo a associação se reúne com a comunidade e como tem sido esse relacionamento?

7- Quanto e como cada associada contribui com a associação?

8- Quais os principais problemas que a associação tem enfrentado com as suas associadas?

9- Quais os principais conflitos que a associação tem resolvido com o pessoal de fora da reserva?

10- Como a associação tem discutido o problema dos “atravessadores” na reserva ou na comunidade?

11- Quais as principais alternativas econômicas que a associação tem discutido com os seus associados?

12- Quais as ONG’S que tem se relacionado com a associação e que tipo de apoio tem dado ?

13- Quantas famílias de fora entraram nos últimos anos na comunidade?

14- As famílias que estão se constituindo, como tem se dado o acesso aos recursos da comunidade?

- 15- Qual o produto que tem gerado maior renda para os associados?
- 16- Como a associação tem tratado das questões de caça e pesca irregular na reserva?
- 17- Como a associação tem tratado com os governos a questão da saúde, educação e transporte da produção?
- 18- Como a associação avalia a situação do transporte, educação e saúde na localidade?
- 19- Quais tem sido os investimentos do governo na área da associação?
- 20- Quais os maiores ganhos que os moradores tiveram após a criação da reserva ou da comunidade?
- 21- Quais os principais pontos negativos que ainda não se resolveu na comunidade?
- 22- Quantas associações ainda tem funcionando na comunidade?
- 23- As palmeiras ainda atuam na reserva?
- 24- Quantas famílias acessaram o fomento do INCRA?
- 25- Como tem sido a atuação da prefeitura na comunidade?
- 26- Como é feito o transporte da produção, de quanto em quanto tempo?
- 27- Postos médicos funcionando na área?
- 28- Escolas funcionando na área?

Entrevistas estruturas para as associadas

- 1- Em que ano a associação foi criada e com quantos sócios iniciou e quantas tem hoje?
- 2- Quem foram as presidentes desde a criação?
- 3- Quais os principais produtos que a associação tem trabalhado?
- 4- Quais patrimônios a associação tem? Prédios, carros, canoas, tratores, máquinas?
- 5- Como a associação se mantém?
- 6- Quem são seus aliados?
- 7- Quantos empregados a associação mantém?

8-Como a associação recebe e paga a produção da associada?

9- Quem são seus adversários?

10- Quais são suas bandeiras de luta?

11- Por que vocês decidiram se associar? Quais vantagens e desvantagens?

12-Quais os principais compradores da associação e onde eles recebem a produção?

13- A associação tem dívidas? De quanto?

14- Quais os principais problemas que tem ocorrido entre os associados e a associação? Como se tem resolvido esses problemas?

15-Quais os problemas que tem ocorrido entre a associação, os compradores e concorrentes?

16- De quanto em quanto tempo a associação reúne com os seus sócios e com as outras associações e entidade da comunidade?

17- Quantos financiamentos a associação tem recebido?

18- Quais os projetos de expansão da associação?

19- Quais os principais pontos positivos que a criação da associação trouxe e quais os principais pontos negativos?

APÊNDICE B

ROTEIRO ABERTO DO GRUPO FOCAL: QUESTÕES NORTEADORAS

Roteiro de entrevistas com moradores locais – grupo focal

- 1- Qual seu nome, e o seu local de origem?
- 2- Como é o seu relacionamento com as associadas e com a associação?
- 3- O que você considera que deve ser feito para melhorar a vida das pessoas que moram na comunidade?
- 4- Quais os maiores ganhos que os moradores tiveram após a criação da associação?
- 5- Quais os principais pontos negativos que ainda não se resolveram na comunidade?
- 6- Quais mudanças ocorreram na comunidade após a criação da comunidade?
- 7- Como vocês cuidam e preservam o meio ambiente?

APÊNDICE C

TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

Eu,....., tendo sido convidada a participar como voluntária do estudo sobre a o protagonismo feminino no desenvolvimento local, recebi da Sra. Janaina de Carvalho Costa, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a analisar e refletir sobre como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local.
- Que a importância deste estudo é a de Valorizar o papel das mulheres como agentes de mudança e transformação nas suas localidades.
- Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: .Analisar a partir dos movimentos sociais, do eco feminismo e da economia solidária como o protagonismo feminino vem interferindo no desenvolvimento local. Identificando os fatores indutores dessas organizações, seus aliados e adversários na construção e na evolução do empoderamento feminino.
- Que esse estudo começará em outubro de 2023 e terminará em fevereiro de 2024.
- Que o estudo será feito da seguinte maneira: com diálogos, escutas e observação.
- Que eu participarei das seguintes etapas: coleta de entrevistas semi estruturadas.
- Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; Desconforto; Medo; Vergonha; Estresse; Quebra de sigilo e Cansaço ao responder às perguntas.
- Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: .cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo;
- Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: conhecimento da realidade local para desenvolvimento de ações; desenvolvimento de novas habilidades; evidências para apoiar a incorporação de ações; desenvolvimento de estratégias.
- Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
- Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.
- Que o estudo não acarretará nenhuma despesa para o participante da pesquisa.

▪Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço a participante-voluntária

Domicílio:

Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP /Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).

Domicílio:

Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP /Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Endereço da responsável pela pesquisa:

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Endereço Rod. Juscelino Kubitscheck, km 02 - Jardim Marco Zero, Macapá - AP

Bairro: JARDIM MARCO ZERO /CEP 68903-419 /Cidade: Macapá

Telefones p/contato: (96) 3312-1700

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Amapá

Endereço Campus Marco Zero – Macapá

Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá – AP CEP 68.903-419.
Centro Integrado de Pesquisa da Amazônia – Unifap

E-mail: cep@unifap.br Fone : (96) 40092804

Macapá, _____ outubro de 2023.

--	--

<hr/> <p>Assinatura ou impressão datiloscópica da voluntária ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	<hr/> <p>Nome e Assinatura da responsável pelo estudo (Rubricar as demais páginas)</p>
---	--